

Provocação irresponsável à categoria Governo sobe preço do diesel e dá bolo em caminhoneiros

Reprodução



Bruna Brelaz: são falsos os recuos de Bolsonaro, nós temos que nos unir e removê-lo

A presidente da UNE, Bruna Brelaz, relatou que recebeu a solidariedade de vários setores por defender uma frente ampla contra Bolsonaro, mas que os ataques contra ela continuam. "Incrivelmente, seguem acontecendo. Eu fiz essa denúncia e após a entrevista a repercussão não só foi crítica, em um sentido mais geral, mas foi feita a partir de uma rede de ódio", contou. Para Bruna, os democratas devem dialogar com as pessoas que apoiaram Jair Bolsonaro mas se arrependeram e apoiar a entrada delas na frente que defende o impeachment. **P. 3**

Face e Instagram tiram mentiras de Bolsonaro sobre vacina da internet

O Facebook e o Instagram derrubaram na noite de domingo (24) a live de Jair Bolsonaro transmitida na última quinta-feira (21), onde ele associou Aids à vacina da Covid. De acordo com porta-voz da companhia, "nossas políticas não permitem alegações de que as vacinas de Covid-19 matam ou podem causar danos graves às pessoas", disseram as redes. **Página 3**

"Extradição de Assange para os EUA é um assassinato", diz Snowden

Líderes políticos, parlamentares, jornalistas renomados e ativistas pelas liberdades de informação e de imprensa denunciaram em Londres a criminosa perseguição a Julian Assange, jornalista fundador do WikiLeaks. "O que vemos aqui é um assassinato", denunciou Edward Snowden. **Pág. 7**



Resposta ao transporte de carga foi aumento do combustível em mais 9%

O governo cancelou uma reunião com caminhoneiros que estava marcada para a quinta-feira (28). A reunião, agendada pelo presidente da Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas, deputado Nereu Crispim (PSL-RS), tinha por objetivo abrir um canal de diálogo que evitasse a greve nacional da categoria, que está marcada para o dia 1º de novembro. Como se não bastasse, na segunda-feira foi anunciado novo aumento de combustíveis, 9,15% no diesel - que já acumula 65,3% de alta no ano -, e 7% na gasolina. **Pág. 5**

CPI: governo atrasou compra de vacinas, em descaso com a vida



Reprodução



Até pescoço e pé de galinha já estão com preço em alta

Pé de frango, pescoço e carcaça passaram a ser alternativas viáveis para as famílias brasileiras, cujas rendas já não conseguem acompanhar a escalada do preço das carnes e a inflação no país. Em doze meses, o preço da carne bovina subiu cerca de 25% e a carne de frango, 29%. Mas, até mesmo os cortes de "terceira" tiveram alta no último período - chegando a dobrar em alguns casos. **Pág. 2**

O relatório final da CPI da Covid-19, apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), na quarta-feira (20), nas 1.180 páginas, recomenda o indiciamento de Bolsonaro por nove crimes e mais 65 pessoas físicas e duas pessoas jurídicas. Esses indiciamentos têm relação com negacionismo em relação ao vírus e às vacinas, que teria aumentado o número de mortos no Brasil; com as suspeitas de corrupção nas negociações para compra de vacinas pelo Ministério da Saúde; e com as mortes que teriam sido provocadas pelo uso de tratamentos sem eficácia comprovada, portanto, sem respaldo científico contra a Covid-19. **Página 3**

270 mortos: decisão do STJ zera processo de Brumadinho

As buscas por vítimas em Brumadinho completaram mil dias na quinta-feira (21): 270 mortos e ninguém foi preso por isso. Na mesma semana, o STJ anulou a decisão da Justiça de Minas Gerais, que já havia aceitado a denúncia e tornado réus os 16 funcionários da Vale e da TUV SUD. Com a decisão todos os denunciados deixaram de ser réus. **Página 4**

A derrota da PEC da Impunidade

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, que alterava a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e estabelecia uma tutela do Congresso sobre as investigações de procuradores e promotores, foi derrotada, na Câmara, durante a noite de quarta-feira (20/10). Para que fosse aprovada, ela necessitava de 308 votos. Entretanto, obteve 297 votos a favor, 182 contra e 4 abstenções, o que garantiu a sua derrota. **Página 3**

Remoção da estátua de Jefferson é presente ao trumpismo

Pág. 8

Lunáticos pintam de cor-de-rosa caos que criaram na economia

Um dia após a debandada da equipe econômica do governo, e diante dos boatos da queda do ministro da Economia, que resultaram no sobe e desce da Bolsa e na disparada do dólar, Bolsonaro e Guedes deram uma coletiva à imprensa e dispararam mentiras e fake news sobre a situação econômica do país. Os dois lunáticos tentaram pintar um 'céu de brigadeiro', quando na verdade o país está numa verdadeira tempestade.

ECONOMIA DE VENTO EM POPA COM PIB NEGATIVO

Bolsonaro disse que a economia estava em vento em popa em 2019, quando o Produto Interno Bruto na verdade patinava em 1,4%. Depois caiu mais de 4% em 2020. Agora, no primeiro trimestre de 2021, ficou em pífios 1,2% e, no segundo, foi negativo em 0,1%. Mesmo assim, os dois tentaram vender a ideia de que o país está se recuperando. Não há nenhum dado da realidade que comprove esse delírio.

Sem apresentar nenhuma solução para os problemas gravíssimos vividos pela população, como a disparada do desemprego, dos preços dos alimentos e da gasolina, Bolsonaro ainda tentou pela enésima vez responsabilizar as medidas sanitárias tomadas pelos governadores contra o vírus pelo fracasso de seu desgoverno.

Ao dizer que a inflação se agravou no mundo todo, que "não é exclusiva do Brasil", Bolsonaro tenta se esquivar de sua responsabilidade. Enquanto ele passeia de moto a todo instante, os preços dos combustíveis, da energia elétrica e do gás de cozinha explodiram. A inflação fugia do controle e já atingia dois dígitos, a maior desde 1994. Nada foi feito por ele para enfrentar essa situação. Ele dizia que não haveria intervenção do governo, que o mercado resolveria. Seguindo a pesquisa do Ibre/FGV, o Brasil deve fechar o ano com inflação maior do que 83% dos países.

E Bolsonaro e Guedes dizendo que o Brasil está uma maravilha. E muito cinismo e falta de respeito. Entre as causas da disparada da inflação estão exatamente os preços administrados pelo próprio governo, como os combustíveis e a energia elétrica. São decisões tomadas por Bolsonaro e por seu ministro da Economia que estão levando o país ao caos.

BOLSONARO ANUNCIA MAIS AUMENTOS DE COMBUSTÍVEIS

Bolsonaro disse que o aumento do preço do combustível não é culpa dele, é da Petrobrás, que ele só indica o presidente da estatal. Só que o presidente da estatal afirmou, recentemente, que é a política do Planalto que está sendo seguida pela empresa.

E de Bolsonaro e do Planalto a decisão de beneficiar as multinacionais e os importadores com a política criminoso de manter os preços dos combustíveis dolarizados. Mas ele acha que pode dizer que não tem nada com isso. E mesmo tentando pintar uma imagem colorida e falsa da crise em que seu governo enfraqueceu o Brasil, Bolsonaro teve que admitir que um novo aumento dos combustíveis será anunciado nos próximos dias. Ou seja, não há encenação que esconda que a situação está ruim e vai piorar.

Ele diz que se preocupa com os caminhoneiros, mas no mesmo momento, anuncia mais aumentos nos combustíveis. Está apagando incêndio com gasolina. Depois não adianta incluir os caminhoneiros no bolsa família. Eles já disseram que isso é muito pouco para enfrentar o caos vivido pela categoria com a disparada dos preços do diesel.

Guedes tem a cara de pau de dizer que o Brasil é o país que melhor se saiu na pandemia. E mentira. O Brasil caiu 4,1% no ano passado e as previsões para este ano estão caminhando para menos de 1%. Ou seja, depois de um tombo, o país não está se recuperando. Essa é que é a verdade. Segundo o FMI, o Brasil está numa situação pior do que 16 países de economia avançada e emergente. Então só na cabeça doentia de Guedes e Bolsonaro o país "está muito bem" e que foi quem "melhor se saiu na pandemia".

Leia matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/lunaticos-guedes-e-bolsonaro-pintam-de-cor-de-rosa-o-caos-que-criaram-na-economia/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovepe@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Otinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Governo anuncia que explosão de preços continua e não vai interferir



Paulo Guedes e Jair Bolsonaro prometendo deixar os preços subirem

Nilson Araújo: com a instabilidade do governo, qualquer faísca provoca incêndio na economia

A economia do país vem sofrendo as consequências do desgoverno Bolsonaro e nos últimos dias entrou em uma verdadeira convulsão, com o dólar disparando, chegando a R\$ 5,65, e a bolsa de valores tendo uma perda na semana que chegou a 7,28%. O economista Nilson Araújo de Souza, doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (1980) e pós-doutor pela Universidade de São Paulo, avaliou que as insanidades de Bolsonaro estão agravando a situação.

"Com a economia extremamente vulnerável, mergulhada num período de estagflação, engendrada pela combinação desastrosa entre o ultraneoliberalismo de Guedes e a instabilidade política resultante das constantes ameaças de golpe por Bolsonaro, qualquer faísca financeira pode gerar um incêndio na economia", disse ele.

"Os conflitos entre a área econômica e a área política do governo a propósito de como financiar o bolsa família fake, ou seja, o programa eleitoral (tanto é que sua previsão



Economista avalia debandada no governo

de duração é até a época das eleições) de Bolsonaro, terminaram por levar ao início do desfazimento da equipe econômica e ao desabamento da Bolsa de Valores e do Real, voltando a rondar o fantasma do caos econômico", acrescentou Nilson. O programa não tem nem mesmo fonte garantida e está previsto para durar só até o fim de 2022.

"Os economistas neoliberais que não se recalam dizem que não há esse risco porque o Brasil conta com um colchão amortecedor de reservas internacionais de US\$ 370 bilhões. Deixam de mostrar o outro lado da

moeda: que existe aqui no país um volume bem maior de capitais especulativos, os chamados 'investimentos estrangeiros em carteira', prosseguiu o economista. Na opinião do especialista a situação está muito mais grave do que admite o governo. "Se a economia estivesse andando bem, como alardeia o quase-ex-ministro Paulo Guedes, nada disso teria acontecido. Mais do que nunca, urge juntarmos todos os que gostam deste País para desfazer-mo-nos desse apátrida e começarmos um processo de reconstrução nacional", apontou o professor Nilson Araújo.

Com carne nas alturas, povo troca por pé e pescoço de frango que também aumentam

Pé de frango, pescoço e carcaça passaram a ser alternativas viáveis para as famílias brasileiras, cujas rendas já não conseguem acompanhar a escalada do preço das carnes e a inflação no país. Em doze meses, o preço da carne bovina subiu cerca de 25% e a carne de frango, 29%.

Com o aumento da procura e dos custos de produção, até mesmo os cortes considerados de "terceira" tiveram alta no último período - chegando a dobrar em alguns casos.

Em comparação com o início do ano, o pé de frango, por exemplo, subiu em média 20%. Nos supermercados, o preço era de R\$ 4,90 há três meses, agora beira R\$ 8. O pescoço de frango, que custava R\$ 3, agora está quase R\$ 9. Com o aumento da procura por famílias mais carentes, alguns açougues que antes não ofereciam pé de frango e pescoço de frango, por exemplo, passaram a oferecer o produto por solicitação dos clientes.

"A partir do momento que o poder aquisitivo caiu, e a capacidade de comprar aquele produto de primeira, a carne de primeira, vem diminuindo, está tendo uma busca em cima de produtos mais baratos. O pessoal primeiro migrou para carne de segunda, as carnes continuaram subindo no mercado, ago-



Carne de frango subiu 29% em doze meses

ra migrou para carne de terceira. É aquela lei de mercado. Simplesmente se um produto tem mais procura acaba até esse produto que já seria final de linha do consumo, ele começa a esboçar um certo aumento", explica Paulo Rossi Junior, coordenador do Centro de Informação do Agronegócio - UFPR.

Enquanto vê a população formando filas para recolher restos de mercados e açougues, o governo Bolsonaro continua deixando

tudo por conta "da lei do mercado", quando os preços dos alimentos poderiam ser administrados. Não é só para colocar comida na mesa que a população anda sofrendo: a inflação geral do país atingiu em setembro os dois dígitos (10,25%) e a maior variação dos últimos 27 anos. Além dos alimentos, outros preços que poderiam ser controlados como energia elétrica, botijão de gás e os combustíveis são os que mais pressionam a inflação.

"Não vou interferir em nada. Não tenho poder de interferir na Petrobrás", afirmou Bolsonaro, neste domingo em Brasília, sobre a alta nos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha

imagem de pessoas desesperadas revirando lixos atrás de comida está se tornando uma triste rotina no cenário brasileiro dos últimos meses. Com 19 milhões de pessoas passando fome e mais de 100 milhões em insegurança alimentar. O drama dessas pessoas famintas se choca com o completo descaso de Jair Bolsonaro e de Paulo Guedes, que acabam de afirmar, neste domingo (24), em Brasília, que não vão interferir em nada. Vão deixar os preços continuarem subindo.

O preço da gasolina está numa verdadeira explosão e já passa de R\$ 7,50, enquanto o diesel já está sendo vendido a R\$ 6 e o gás de cozinha a R\$ 135. Este último, Bolsonaro prometia na campanha que entregaria a R\$ 35. Um descontrole total. E o que ele diz? "Não vou interferir em nada. Não tenho poder de interferir na Petrobrás", afirmou Bolsonaro, ameaçando privatizar a empresa. "Estou conversando com o Paulo Guedes sobre o que fazer com ela [Petrobrás] no futuro", anunciou, como se a Shell ou outra multinacional praticassem outra política que não a de rapina e de preços extorsivos.

VENENO PODE VIRAR VACINA

Paulo Guedes, um servil dos monopólios estrangeiros que se fez no submundo da agiotagem e da especulação financeira, esfregou as mãos e, ao lado de Bolsonaro, disse que a Petrobrás é um "veneno que pode virar vacina". Provavelmente, pensou em vacina porque já deve estar fazendo cálculos de quanto vai ganhar com a venda da estatal, usando conhecida senha bolsanarista da Covaxin: "um dólar por dose".

Sobre os alimentos, Bolsonaro foi ainda mais irresponsável. Ele acabou com os estoques reguladores e deixou os preços à mercê da especulação. Os alimentos, também com preços dolarizados, estão sendo em grande parte exportados. Para abastecer o mercado interno os produtores quebrem o mesmo preço que eles obtêm em dólar. Resultado, com a alta do dólar, os preços dos alimentos também estão subindo sem parar e a população está tendo cada vez menos acesso a eles. Bolsonaro repete que não interfere porque é "o mercado que deve resolver".

GUEDES E AS ILHAS VIRGENS BRITÂNICAS

Na quinta-feira (22) Bolsonaro e Guedes apareceram, como dois lunáticos, na TV, dizendo ao país que o Brasil foi quem menos sofreu com a pandemia. Que o governo ajudou muito no combate às vítimas de Covid-19 e que o governo foi quem se saiu melhor na crise sanitária em todo o mundo. Disse ainda que o país já está crescendo novamente e que está tudo um verdadeiro espetáculo. Ou seja, um show de mentiras e de fake news.

O que deve estar um espetáculo mesmo é a conta secreta de Paulo Guedes nas Ilhas Virgens Britânicas. A cada alta do dólar, provoca a pelas insanidades, tanto de Bolsonaro quanto dele próprio, alguns milhões a mais engordam o saldo milionário do ministro. Ele escondeu R\$ 50 milhões no paraíso fiscal. Quando ele abriu a conta secreta, o dólar comercial custava R\$ 3,87. Atualmente, cada dólar equivale a mais de R\$ 5,65. Dessa forma, Guedes vem lucrando aproximadamente R\$ 14 mil por dia. Isto sim é um "espetáculo".

Paulo Guedes faz parte de um seletto grupo de cerca de 20 mil pessoas que mantêm 204 bilhões de dólares em contas declaradas no exterior, segundo o BC. Mas os especialistas calculam que a cifra em dinheiro ilegal é muito superior e seria de um trilhão de dólares. Isso explica o apego de Guedes ao cargo. Ele toma decisões que só fazem elevar sua fortuna lá fora. Este foi o caso do projeto que iria taxar recursos depositados no exterior. Foi Guedes quem convenceu o relator do projeto a retirar a cobrança da taxa. Ele mesmo aplaudiu. Só aí, embolsou milhões de reais.

CPI CONCLUIU QUE BOLSONARO COMETEU 9 CRIMES

No discurso lunático em que o Brasil seria o "campeão de tudo", Bolsonaro não falou uma palavra sobre as mais de 605 mil brasileiros vítimas da Covid-19. Ele, com sua sabotagem às vacinas, colocou o Brasil como campeão mundial, não de eficiência, mas de mortos por milhão de habitantes, e o segundo do mundo em número absoluto de vítimas fatais. Mas ele acha que não tem nada com isso. Ao contrário do que pensa a CPI da Pandemia. Os senadores já têm provas robustas e vão acusar o capitão cloroquina de ter cometido ao menos 9 crimes, entre eles o crime de epidemia resultando em morte, que tem pena maior do que homicídio.

Em sua fala, Bolsonaro só pensa em mentir para tentar se safar do julgamento implacável de 2022. Todos os problemas de seu desgoverno, inclusive o descontrole inflacionário e o aumento da fome, são dos outros. E ele quem indica o presidente da Petrobrás, é o seu governo, e ninguém mais, quem mantém o criminoso atrelamento dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha ao dólar e ao barril de petróleo, mas quando os preços saem do controle internamente, ele diz que a culpa é dos governadores, dos prefeitos, etc.

É mais uma mentira. A alíquota de ICMS cobrada pelos estados e municípios na compra de combustíveis e gás de cozinha está congelada desde 2015 e não interfere em nada no aumento dos preços. É o governo federal que está permitindo a dolarização da gasolina e, com isso, a disparada dos preços. Por isso a gasolina está subindo quase semanalmente.

SEM CONTROLE GOVERNAMENTAL

Não há nenhum controle governamental sobre os preços. Resultado, os preços dos alimentos estão explodindo e a população está tendo cada vez menos acesso a eles. Bolsonaro repete que não interfere. Quando o preço sobe lá fora, ele é repassado imediatamente para os preços internos. E eles dizem que é a ação do "livre mercado".

Está sendo assim com a carne e com os combustíveis, por exemplo. Estes últimos estão subindo quase semanalmente e já estão levando os caminhoneiros a preparar uma greve nacional para o dia 1 de novembro. Já em relação ao outro exemplo, da carne, fica claro o que é "deixar o mercado resolver". Quando o preço cai, como está ocorrendo agora com a suspensão da compra pela China, os preços internos não caem. E o governo não diz uma palavra. É muito descaso com a vida do povo brasileiro.



Conselho Nacional do Ministério Público A derrota da PEC da Impunidade

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, que alterava a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e estabelecia uma tutela do Congresso sobre as investigações de procuradores e promotores, foi derrotada, na Câmara, durante a noite de quarta-feira (20/10).

Para que fosse aprovada, a PEC nº 5, como toda emenda constitucional, necessitava de 308 votos (3/5 dos deputados). Entretanto, obteve 297 votos a favor, 182 contra e 4 abstenções, o que garantiu a sua derrota.

Na justificativa da PEC, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) apontou como um dos seus objetivos, “eliminar certa sensação (...) de impunidade em relação aos membros do Ministério Público”.

E interessante, ele não aponta uma impunidade real, mas uma “sensação de impunidade”. Certamente, se falasse em alguma impunidade real, seria cobrado pelos procuradores a mostrar aonde está essa impunidade – até porque, não faltam procedimentos instalados contra membros do Ministério Público.

Mas o autor da proposta fala apenas em “sensação de impunidade” – e sem dizer quem está sentindo essa “sensação de impunidade” quanto ao Ministério Público (quanto a outros setores, nós sabemos).

Por quê?
Porque o objetivo da proposta é estabelecer uma impunidade real, mas não entre os procuradores e promotores, e, sim, para os malversadores de dinheiro público, isto é, entre os corruptos.

Não é à toa que os elementos do círculo de Bolsonaro ficaram tão assanhados com a PEC nº 5.

Enquanto isso, entre os procuradores, achou-se (ou inventou-se), apenas, uma “sensação de impunidade”...

Vejam, então, a proposta, pois ela, em muito, é clara por si mesma.

Hoje, o CNMP é composto pelo Procurador-Geral da República (presidente); por quatro membros do Ministério Público da União; por três membros do Ministério Público dos Estados; por um juiz indicado pelo STF e outro juiz indicado pelo STJ; por dois advogados, indicados pela OAB; e por dois juristas indicados pelo Congresso Nacional.

Portanto, são 14 membros, que escolhem, por votação secreta, o Corregedor Nacional do Ministério Público, responsável pela fiscalização cotidiana das atividades da instituição.

A PEC nº 5, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) – substitutivo do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) –, pretendia acrescentar mais três membros no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), todos designados pelo Congresso Nacional. Assim, os membros escolhidos pelo Congresso passariam de dois para cinco – e os membros do CNMP passariam de 14 para 17.

Além disso, o corregedor passaria a ser escolhido pelos parlamentares – e não mais por votação secreta do CNMP.

A PEC, em sua forma original, e em forma ligeiramente alterada no substitutivo, previa a anulação de atos dos procuradores e promotores pela Corregedoria e pelo plenário do CNMP.

Hoje, o corregedor pode instalar processo disciplinar contra um procurador – e o CNMP pode, inclusive, demiti-lo. O recente caso ocorrido em Curitiba, onde um procurador foi demitido pelo Conselho por improbidade administrativa, é um exemplo, assim como o processo administrativo do ex-senador Jucá, que acusa procuradores de vazamento em um processo no qual é acusado.

Porém, o corregedor ou o CNMP não podem interferir nas investigações de um procurador ou promotor – ou de um grupo deles – se não houver motivo para isso.

Com a PEC nº 5, isso passaria a ser possível, inclusive a anulação dos atos dos membros do Ministério Público – com um detalhe: a homologação automática pela Justiça. Ou seja, o procurador ou promotor que se sentisse injustiçado não teria o recurso à Justiça.

É muito justo que órgãos potencialmente investigados pelo Ministério Público, como o Congresso Nacional, tenham representação no CNMP. Coisa diferente é conceder ao Congresso o controle de investigações – e, mesmo, o poder de anulá-las –, através do corregedor e do aumento de membros no Conselho. Até porque isso poderia redundar em controle – e até anulação – de investigações de membros do próprio Congresso. O que não seria, em absoluto, justo.

O motivo pelo qual o sr. Arthur Lira ficou tão ansioso pela aprovação da PEC – passou por cima da comissão especial que examinava a proposta; tentou quatro vezes, sem sucesso, votá-la em plenário; promoveu 10 substitutivos, para fracassar no último, quando forçou a votação – não parece misterioso.

Os processos contra Lira não acabaram – aquela situação que fez um órgão de imprensa pedir que ele fosse impedido de concorrer à presidência da Câmara, exibindo um relatório da Polícia Federal que, em 2008, descreveu Lira, então deputado estadual de Alagoas, como “um político sem limites para usurpar dinheiro público”.

Obviamente, o problema é o combate à corrupção.

Pois não há desajuste no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que justifique a tentativa de estabelecer uma tutela do Congresso sobre ele. O CNMP é um órgão, inclusive, de que fazem parte representantes do STF, do STJ, da OAB e do Congresso Nacional.

As funções do Ministério Público estão na Constituição. O CNMP foi estabelecido pela Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 35/2004).

O que a PEC nº 5 pretendia – e, segundo os deputados Lira e Teixeira, ainda pretende, pois eles manifestaram a intenção de apresentar o texto original ao plenário da Câmara – é alterar a Constituição para impedir a capacidade de investigação do MP.

E não tenhamos dúvida, pela votação dos corruptos sequazes de Bolsonaro, derrotados na quarta-feira, sobre o que – que crimes – se pretendia instalar a impunidade, com essa alteração do CNMP.

Após a derrota de quarta-feira, Teixeira lamentou o “clima nacional” que se formou contra a PEC.

Ele parece não ter meditado sobre os motivos desse “clima nacional”.

Mas não é para menos.

C. L.

CPI: ‘governo atrasou compra das vacinas deliberadamente’



Senador Renan Calheiros (MDB-AL) durante a leitura do relatório final da CPI

Bruna Brelaz: “recuos de Bolsonaro são falsos; temos que unir todos e removê-lo”

dade da democracia.

“O que nos move nessa articulação é a defesa da democracia, essa é a nossa urgência”.

“Alguns setores, principalmente os da direita, têm certa ilusão de domar o Bolsonaro e o bolsonarismo. Domar o bolsonarismo é a ideia mais errática que esses setores têm. Os recuos que ele faz são falsos”.

“Nas redes sociais, parte da ‘esquerda’ atacou Bruna Brelaz por ter se reunido com Fernando Henrique Cardoso, além de ter participado de um ato pelo Fora Bolsonaro organizado pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Brelaz defende que o ‘debate que toma centralidade é o democrático’.

“Nós temos divergências profundas com o MBL, assim como com a política neoliberal do FHC. Mas existem, hoje, um debate que toma a centralidade que é o debate democrático. Esses setores têm se colocado à disposição para fazer essa discussão”.

“Eu não fui para aquele palco [do MBL, no dia 12 de setembro] para dizer que ‘agora eu concordo com vocês’, não. A gente continua divergindo. A gente só está defendendo o direito de construir as divergências e que a gente possa combater aquilo que nós consideramos algo equivocado”, afirmou.

“Na democracia, vamos enfrentar todos os ataques que eles fizeram ao campo da esquerda. Mas precisamos ter democracia para isso. Se eles estão topando defender o Fora Bolsonaro e defender a democracia, por que não podem ser um movimento participe no seu campo, na sua visão de ideia liberal?”, questionou.

Bruna Brelaz comentou no programa que depois de ter denunciado, em entrevista à Folha S.Paulo, os ataques que sofria da “esquerda” por

estar articulando a frente ampla, esses ataques foram reiterados.

“Incrivelmente, sequer acontecendo. Eu fiz essa denúncia e após a entrevista a repercussão não só foi crítica, em um sentido mais geral, mas foi feita a partir de uma rede de ódio”, contou.

Bruna recebeu o apoio e a solidariedade de lideranças partidárias, como da ex-deputada federal, Manuela D’Ávila (PCdoB), o do ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PDT), da ex-senadora Marina Silva (Rede), da deputada Tábata Amaral (PSB), de centrais sindicais e de ex-presidentes da UNE.

Assista a entrevista na íntegra:

A presidente da UNE também recebeu recentemente o apoio da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam).

Veja a íntegra:
Nota de Solidariedade da CONAM a Bruna Brelaz – Presidência da UNE

A CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores vem a público se manifestar em solidariedade à Bruna Brelaz, Presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes.

Entendemos que ataques racistas, misóginos e carregados de ódio não combinam com a democracia, nem com a unidade de amplas forças democráticas que se apresentam na ordem do dia. O movimento comunitário sempre teve como característica o amplo diálogo e convivência harmoniosa nas diferenças.

É necessário que o campo progressista siga em permanente diálogo, buscando reforçar as mobilizações democráticas pela pauta central da atual conjuntura que é o #ForaBolsonaro!

Brasil, 21 de outubro de 2021.

Direção Executiva da CONAM

ro disse também, nesta mesma live, que Anthony Fauci, imunologista e conselheiro médico do presidente dos EUA, Joe Biden, teria condenado o uso de máscara. “O doutor [Anthony] Fauci dizendo, em um artigo de 2008, que a maioria das vítimas da gripe espanhola não morreu de gripe espanhola. Sabe do que eles morreram, na verdade? De pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscaras”, disse Bolsonaro.

Mais uma vez ele foi desmentido. Qualquer um sabe que uma das grandes causas de morte provocadas pela gripe – doença causada pelo vírus Influenza – é exatamente a sua complicação por pneumonia bacteriana. A bactéria oportunista instalada nas vias aéreas das pessoas se aproveita da fragilidade provocada pela infecção viral para atacar. O “estudo”, citado por Bolsonaro, não é nada mais do que a confirmação deste fato. Não havia nenhuma citação sobre máscaras.

ro disse também, nesta mesma live, que Anthony Fauci, imunologista e conselheiro médico do presidente dos EUA, Joe Biden, teria condenado o uso de máscara. “O doutor [Anthony] Fauci dizendo, em um artigo de 2008, que a maioria das vítimas da gripe espanhola não morreu de gripe espanhola. Sabe do que eles morreram, na verdade? De pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscaras”, disse Bolsonaro.

Mais uma vez ele foi desmentido. Qualquer um sabe que uma das grandes causas de morte provocadas pela gripe – doença causada pelo vírus Influenza – é exatamente a sua complicação por pneumonia bacteriana. A bactéria oportunista instalada nas vias aéreas das pessoas se aproveita da fragilidade provocada pela infecção viral para atacar. O “estudo”, citado por Bolsonaro, não é nada mais do que a confirmação deste fato. Não havia nenhuma citação sobre máscaras.

ro disse também, nesta mesma live, que Anthony Fauci, imunologista e conselheiro médico do presidente dos EUA, Joe Biden, teria condenado o uso de máscara. “O doutor [Anthony] Fauci dizendo, em um artigo de 2008, que a maioria das vítimas da gripe espanhola não morreu de gripe espanhola. Sabe do que eles morreram, na verdade? De pneumonia bacteriana causada pelo uso de máscaras”, disse Bolsonaro.

Mais uma vez ele foi desmentido. Qualquer um sabe que uma das grandes causas de morte provocadas pela gripe – doença causada pelo vírus Influenza – é exatamente a sua complicação por pneumonia bacteriana. A bactéria oportunista instalada nas vias aéreas das pessoas se aproveita da fragilidade provocada pela infecção viral para atacar. O “estudo”, citado por Bolsonaro, não é nada mais do que a confirmação deste fato. Não havia nenhuma citação sobre máscaras.

Bolsonaro é indiciado por nove crimes e encabeça a lista de indiciamentos no relatório da CPI da Pandemia

O relatório final da CPI da Covid-19, apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), na quarta-feira (20), nas 1.180 páginas, recomenda indiciamento de 66 pessoas físicas e duas pessoas jurídicas.

Esses indiciamentos têm relação com negacionismo em relação ao vírus e às vacinas, que teria aumentado o número de mortos no Brasil; com as suspeitas de corrupção nas negociações para compra de vacinas pelo Ministério da Saúde; e com as mortes que teriam sido provocadas pelo uso de tratamentos sem eficácia comprovada, portanto, sem respaldo científico contra a Covid-19.

Esses se baseiam nas seguintes normas legais:

CP (Código Penal), sobretudo nos artigos relacionados à propagação da doença – 267 (epidemia com resultado morte), 268 (infração de medida sanitária preventiva) e 286 (incitação ao crime); e à corrupção na compra de vacinas – 299 (falsidade ideológica), 319 (prevaricação) e 333 (corrupção ativa);

Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);

Lei de Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/50);

Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92);

Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13); e

Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13).

A CPI, consta no relatório, propôs vários encaminhamentos aos órgãos competentes para dar prosseguimento às investigações, o que pode levar a novas responsabilizações, nas esferas civil, criminal e administrativa.

O relatório e os documentos relevantes da investigação serão compartilhados “com as autoridades responsáveis pela persecução criminal”, segundo o texto apresentado. Por ter ocorrido a caracterização de crimes contra a humanidade, os documentos também serão remetidos ao TPI (Tribunal Penal Internacional), em Haia, nos Países Baixos. Abaixo, resumo de todos os indiciamentos propostos:

PRESENTE
O presidente Jair Bolsonaro, é o primeiro citado na lista, indiciado pelos seguintes crimes: **1)** prevaricação; **2)** charlatanismo; **3)** epidemia com resultado morte; **4)** infração a medidas sanitárias preventivas; **5)** emprego irregular de verba pública; **6)** incitação ao crime; **7)** falsificação de documentos particulares; **8)** crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo); e **9)** crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos).

Ao ler o relatório final da CPI, o senador Renan Calheiros responsabilizou Bolsonaro pelas mais de 600 mil vidas perdidas na pandemia. Ele apontou o descaso e a ação consciente de Bolsonaro no resultado catastrófico que ocasionou tantas mortes no país.

“Comprovamos a existência de um ‘gabinete paralelo’, a intenção de imunizar a população por meio da contaminação natural, a priorização de um tratamento precoce, sem amparo científico de eficácia, o desestímulo ao uso de medidas não farmacológicas”, leu Renan.

“Paralelamente, houve deliberado atraso na compra de imunizantes em evidente descaso com a vida das pessoas”, continuou. “Com esse comportamento, o governo federal, que tinha o dever legal de agir, assentiu a morte de brasileiros e brasileiras”.

O relator ainda elencou que “o presidente da República, repetidamente, incentivou a população a não seguir a política de distanciamento social”. “Opôs-se de maneira reiterada ao uso de máscaras, convocou, promoveu e participou de aglomerações e procurou desqualificar as vacinas contra a Covid-19”.

“Essa estratégia, na verdade, atrelada à ideia de que o contágio natural induziria à imunidade coletiva, visava exclusivamente à retomada das atividades econômicas”.

MINISTROS E EX-MINISTROS
Dois ministros da Saúde, o atual (Marcelo Queiroga) e seu antecessor (Eduardo Pazuello), também figuram como indiciados, sendo Pazuello em cinco tipos (artigos 267, 315, 319 e 340 do Código Penal, e art. 7º do Tratado de Roma), e Queiroga em dois (artigos 267 e 319 do CP).

Também se propõe os indiciamentos de outros três atuais ocupantes de ministérios — Onyx Lorenzoni, ex-ministro da Cidadania, hoje ministro do Trabalho

e Previdência (incitação ao crime e crimes contra a humanidade); Walter Braga Netto, ministro da Defesa e ex-ministro chefe da Casa Civil (epidemia com resultado de morte); e Wagner de Campos Rosário, ministro-chefe da CGU (Controladoria Geral da União) (prevaricação) — e dois ex-ministros, Ernesto Araújo, das Relações Exteriores (epidemia e incitação ao crime) e Fábio Wajngarten, da Secretaria Especial de Comunicação Social (prevaricação e advocacia administrativa).

ASSESSORES E EX-ASSESSORES
O relatório pede o indiciamento de Filipe Martins, assessor especial para Assuntos Internacionais, e Tércio Arnaud Tomaz, assessor especial da Presidência da República (ambos por incitação ao crime); e de Arthur Weintraub, ex-assessor da Presidência da República (epidemia).

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Uma série de ocupantes e ex-ocupantes de cargos no Ministério da Saúde figuram no relatório: Antônio Elcio Franco Filho, ex-secretário-executivo, e Mayra Isabel Correia Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (ambos por prevaricação); Roberto Ferreira Dias, ex-diretor de Logística (suspeito de corrupção passiva, organização criminosa e improbidade administrativa); Marcelo Blanco, ex-assessor do Departamento de Logística, que teria tentado intermediar a compra da vacina AstraZeneca (corrupção ativa); e Airton Soligo, ex-assessor especial do Ministério (usurpação de função pública).

PARLAMENTARES
Oito parlamentares aparecem no relatório, com a recomendação de indiciamento por incitação ao crime (artigo 286 do Código Penal): o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), os deputados federais Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PSL-SP), Carlos Jordy (PSL-RJ), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Ricardo Barros (PP-PR) e Osmar Terra (MDB-RS); e o vereador da capital fluminense Carlos Bolsonaro. Ricardo Barros é acusado, ainda, de prevaricação, organização criminosa e improbidade administrativa, por suposta influência em irregularidades na negociação para a compra de vacinas.

CASO COVAXIN
Uma série de nomes citados no relatório tem relação com o caso da tentativa frustrada de vender ao Ministério da Saúde a vacina indiana Covaxin, com o envolvimento das empresas Precisa Medicamentos, VTCLog (empresa de logística) e FIB Bank (empresa de garantias bancárias).

Ligados à Precisa, recomendou-se o indiciamento de Francisco Maximiano, sócio (falsidade ideológica, uso de documento falso e fraude em contrato); Danilo Trento, diretor de relações institucionais (fraude em contrato); Emanuela Batista de Souza Medrades, diretora-executiva e responsável técnica farmacêutica da Precisa, e Túlio Silveira, consultor jurídico (ambos por falsidade ideológica, uso de documento falso e fraude processual).

Da VTCLog, são acusados os sócios Raimundo Nonato Brasil (corrupção ativa), Carlos Alberto de Sá e Teresa Reis de Sá; e a diretora-executiva Andreia Lima (corrupção ativa e improbidade administrativa).

Qualificado como “sócio oculto” da FIB Bank, Marcos Tolentino, figura por fraude em contrato e organização criminosa.

Também foram citados com relação ao caso Covaxin, acusados de organização criminosa, o ex-secretário da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) José Ricardo Santana e o lobista Marconny Albernaz de Faria.

A Precisa e a VTCLog foram as duas únicas pessoas jurídicas cujo indiciamento foi recomendado no relatório, com base na Lei Anticorrupção, por suposto “ato lesivo à administração pública”.

PREVENT SENIOR
As ações da empresa Prevent Senior (planos de saúde) na pandemia levaram à proposta de série de indiciamentos: dos donos da empresa, Fernando e Eduardo Parrillo, e do diretor-executivo, Pedro Batista Jr., em quatro tipificações (perigo para a vida ou saúde de outrem, omissão de notificação de doença, falsidade ideológica e crime contra a humanidade); e dos médicos Carla Guerra, Rodrigo Esper e Fernando Oikawa (perigo para a vida ou saúde de outrem e crime contra a humanidade), Paola Werneck (perigo para a vida ou saúde de outrem), Daniel Garrido Baena, João Paulo Barros e Fernanda Igarashi (falsidade ideológica).

Com informações da Agência Senado

STJ anula indiciamento de executivos da Vale após o crime de Brumadinho

Impunidade é o sentimento dos familiares das 270 vítimas do desabamento em MG. Mais de 1.000 dias depois do crime, ninguém foi responsabilizado

As buscas dos Bombeiros de Minas Gerais por vítimas em Brumadinho completam mil dias nesta quinta-feira (21). A operação de buscas foi a maior já realizada na história do país. Oito corpos permanecem desaparecidos em meio à lama da Vale.

Os rejeitos da mineradora mataram 270 pessoas e até hoje ninguém está preso.

Mesmo após 2 anos e 8 meses, muitas famílias ainda têm o sentimento de impunidade, já que ninguém foi responsabilizado pelo rompimento da barragem, nem mesmo as duas empresas responsáveis, a Vale e a TÜV SÜD, que havia sido responsável pelo laudo que garantia que a barragem era segura.

Nesta semana, os familiares foram surpreendidos por uma determinação do Superior Tribunal de Justiça, que anulou a decisão da Justiça de Minas Gerais que já havia aceitado a denúncia e tornado réus os 16 funcionários da Vale e da TÜV SÜD, empresa que atestou a estabilidade da barragem.

Alegando se tratar de um assunto de interesse da União, o STJ decidiu que a competência de julgar o caso é da Justiça Federal, em Minas Gerais.

Com a decisão do STJ, o processo criminal volta praticamente à estaca zero, pois todos os denunciados deixam de ser réus. O Ministério Público de Minas garantiu que vai recorrer da decisão.

Ao menos três entidades e associações, que representam os atingidos, repudiaram a atitude da corte.

“São mil dias de dor, de saúde, de luta, de busca... de impunidade”, diz a geógrafa Alexandra Andrade, presidente da associação dos familiares das vítimas. Ela perdeu o irmão, Sandro Andrade, e o primo, Marlon Gonçalves, além de inúmeros amigos e conhecidos no rompimento da barragem.

“Quase três anos da ‘tragédia-crime’, quase três anos também de impunidade, ninguém preso, ninguém punido. A gente quer que as empresas sejam responsabilizadas e que as pessoas que contribuíram para o rompimento da barragem também sejam punidas”, disse em entrevista ao portal G1.

“Apesar de terem se passado mil dias, a gente ainda está com aquela sensação de estar lá no dia 25 de janeiro de 2019. (...) A dor e a saúde só aumentam, mas a gente tem a esperança de que pelo menos todos vão poder ter um enterro digno dentro da possibilidade. Então isso é um acalento”, diz a professora Natália de Oliveira.

Nesses mil dias, ela tem acompanhado de perto o trabalho do Corpo de Bombeiros na procura pela irmã, Lecilda de Oliveira, e pelas outras vítimas desaparecidas.

Diretor do Instituto Camila e Luiz Taliberti, criado em homenagem às duas vítimas que morreram no rompimento, Wagner Diniz, reforça a indignação com a decisão. “Nós ficamos bastante surpresos com a decisão do Superior Tribunal de Justiça. Nós estamos sofrendo, e essa decisão aumenta o nosso sofrimento”, afirmou.

O Movimento dos Atingidos por Barragens classificou a decisão do Tribunal como “presente Macabro”. Insatisfeitos com a decisão, os atingidos realizaram uma manifestação na manhã desta quinta-feira (21) em frente ao prédio da Justiça Federal, na Região Centro Sul de Belo Horizonte.

“O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denuncia que a decisão do STJ contribui para a impunidade das empresas envolvidas, especialmente da Vale S/A em relação às 272 mortes. Além disso, incentiva novos crimes, adoece os atingidos e poster-

ga a reparação dos demais prejuízos aos moradores da Bacia do Paraopeba e ao meio ambiente. O que parece é que as empresas são mais fortes e mais poderosas que a justiça no Brasil”, destaca a entidade.

Segundo o MAB, “apesar da comprovação de diversas falcatruas na documentação de estabilidade da barragem e das obras temerárias que precipitaram o rompimento, o poder econômico e político se transforma em poder jurídico e assegura impunidade”.

A entidade relembra ainda a reincidência criminosa da empresa privatizada, que já foi responsável, junto à anglo-americana BHP, pelo rompimento da barragem de Mariana. “Os atingidos são vítimas de injustiça federal. A experiência do Rio Doce, conduzida pela Justiça Federal, também apontam para impunidade e negação de direitos. Passados 6 anos das 19 vidas perdidas e um aborto forçado, da morte do Rio Doce e dos inúmeros crimes cometidos contra a população da Bacia, nenhuma prisão aconteceu e a reparação não chegou”.

“O povo de Brumadinho deve ter o direito de acompanhar o julgamento dos crimes da Vale, deve ter o direito de ver julgados os responsáveis pelas 272 mortes no Tribunal do Juri, instrumento da cidadania e do exercício da democracia, na justiça estadual daquela cidade”, defende o MAB.

O CRIME

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem da mineradora privatizada Vale se rompeu na cidade do interior de Minas Gerais, Brumadinho. O rompimento na mina Córrego do Feijão aconteceu às 12h28 de uma sexta-feira e causou danos humanitários e ambientais irreversíveis.

O crime da Vale garantiu ao Brasil o posto de país com maior número de óbitos nesse tipo de acidente e marcou a história como a maior operação de busca em território nacional. Oito pessoas seguem desaparecidas.

A barragem, considerada pela empresa como de baixo risco, foi construída no modelo de alteamento de montante, o mesmo usado na barragem de Mariana, que é considerado pelos estudiosos como o mais precário de todos.

Inquérito da Polícia Federal concluiu que as perfurações executadas pela mineradora Vale, com o uso de uma perfuratriz com injeção de água na estrutura da barragem causou o rompimento da estrutura. De acordo com a investigação, as perfurações executadas pela mineradora foram iniciadas no local crítico cinco dias antes da estrutura ser rompida. Esse também foi o gatilho para a ocorrência do processo de liquefação da barragem que, nada mais é que a transformação do material sólido em material líquido, aumentando a instabilidade da estrutura.

De acordo com o MP-MG e a Polícia Civil, com a conclusão das investigações, ficou demonstrada a existência de uma promíscua relação entre as duas corporações denunciadas, no sentido de esconder do Poder Público, sociedade, acionistas e investidores a inaceitável situação de segurança de várias das barragens de mineração mantidas pela Vale. Para o MP, a Vale possuía “um profundo e amplo conhecimento” sobre a situação da barragem.

“Com o apoio da TÜV Süd, a Vale operava uma caixa-preta com o objetivo de manter uma falsa imagem de segurança da empresa de mineração, que buscava, a qualquer custo, evitar impactos a sua reputação e, consequentemente, alcançar a liderança mundial em valor de mercado”, diz o documento que pediu o indiciamento dos executivos da mineradora.



Protesto dos familiares das 270 vítimas de Brumadinho na região onde acontecem as buscas dos oito desaparecidos do desabamento da Vale

Governo aumenta conta de luz em São Paulo, Goiás e Distrito Federal em até 16%

O governo aumenta ainda mais a política de restrição contra o povo, liberando as distribuidoras privadas a praticarem aumentos nas tarifas de energia para garantir seu lucro, assolando a população. Nesta quinta-feira (21), a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o aumento da conta de luz em até 16% para quase 8 milhões de consumidores dos estados de Goiás, São Paulo e Distrito Federal.

No caso de São Paulo, foi autorizado o aumento da tarifa das distribuidoras EDP e CPFL Piratininga. O novo valor passa a vigorar a partir deste sábado (23) com aumento de 16% para as residências e 4% para indústrias de alta-tensão. As duas empresas juntas atendem quase 4 milhões de consumidores.

Em Goiás, a multinacional italiana Enel Distribuição recebeu autorização para aumentar em 16% o valor da energia para residências e 14% para indústrias de alta tensão. O aumento deve atingir 3 milhões de consumidores de 237 municípios goianos já a partir desta sexta-feira (22).

No Distrito Federal, a Neoenergia teve autorização para aumentar a tarifa em 11% para as residências da capital federal e em 9% para as indústrias de alta tensão. Esse reajuste começa a vigorar também nesta sexta-feira.

Segundo a Aneel, os itens que mais pesaram no aumento de tarifas da distribuidora brasileira foram os custos com encargos setoriais e com a aquisição de energia, especialmente de países vizinhos, como Uruguai e Argentina, que sofrem influência da variação cambial.

Segundo a diretoria da Aneel, esses reajustes são resultado principalmente dos custos adicionais causados pela escassez hídrica, inflação e variação do dólar.



Mais de 8 milhões de pessoas serão impactadas com o novo aumento de energia realizado pelo governo

Os reajustes tarifários estão previstos nos contratos de concessão e têm por objetivo, segundo a agência reguladora do setor, cobrir os investimentos das empresas e as despesas reconhecidas pela Aneel.

AUMENTOS CONSECUTIVOS
Com esse aumento, a conta fica cada vez mais pesada para o consumidor. O governo Bolsonaro criou uma nova bandeira tarifária no final do mês passado, chamada ‘escassez hídrica’. O novo valor da taxa extra passou a R\$ 14,20 pelo consumo de 100 kWh, com vigência desde setembro até abril de 2022. Antes, o valor máximo era de R\$ 9,492.

No fim de junho, a agência já havia anunciado um reajuste na tarifa da bandeira vermelha 2, a mais cara até então, que ficou em R\$ 9,49 ou 52% mais cara no mês seguinte.

O preço da energia gerada pelas usinas termelétricas é repassada aos consumidores, como explica o uso das bandeiras tarifárias. As usinas termelétricas são as mais caras do sistema elétrico e

têm sido acionadas para garantir o fornecimento de energia diante do esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas, segundo a agência.

Com o acionamento das térmicas, a tarifa de energia tem pesado no bolso dos consumidores e puxado, entre outros fatores, a alta da inflação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a inflação no acumulado em 12 meses chegou a 10,25%, o que não ocorria há mais de cinco anos.

“A falta de chuvas tem prejudicado os reservatórios das usinas hidrelétricas, que são a principal fonte de energia elétrica no país. Com isso, foi necessário acionar as termelétricas, que têm um custo maior de geração de energia. Assim, a energia elétrica teve de longe o maior impacto individual no índice no mês, com 0,31 ponto percentual, acumulando alta de 28,82% em 12 meses”, afirmou o gerente do IPCA do IBGE, Pedro Kislanov.



“Você é minha empregada”, disse uma das participantes do ataque

Antivacinas são expulsos da Câmara de Porto Alegre após exibirem suástica e atacar vereadoras negras

A Câmara Municipal de Porto Alegre teve uma sessão marcada pelo ódio e a violência de grupos antivacina contra parlamentares na tarde da quarta-feira (20). Estava em debate um veto do prefeito da capital gaúcha, Sebastião Melo, à exigência do passaporte da imunização.

Os apoiadores do veto à medida de saúde pública portavam cartazes com símbolos nazistas e chegaram a chamar as vereadoras negras de “empregadas”.

A confusão começou quando o presidente da sessão, o vereador Idenir Cecchim (MDB), determinou a retirada do grupo antivacina da sessão por portarem cartazes com referências nazistas. Após o pedido, os baderneiros tentaram agredir os vereadores e as pessoas favoráveis à vacinação que acompanhavam a sessão da Câmara.

Os extremistas estavam vestindo roupas verde e amarelo e camisetas das lojas Havan, do bolsonarista Luciano Hang, quando invadiram a sessão da Câmara Municipal. Era possível ver suásticas entre os cartazes de quem estava no local.

A exibição do símbolo extremista gerou revolta entre os vereadores, que pediram a expulsão do grupo antivacina. No momento, parte dos manifestantes começou a agredir parlamentares com socos e instaurou-se uma confusão generalizada.

O vereador Cláudio Janta (Solidariedade) discursava a favor da vacina no momento da confusão e foi mordido por um integrante do movimento antivacina.

“Absurdo o que presenciamos nesta tarde na Câmara: vereadores foram agredidos por alguns membros do grupo antivacina. Alguns, inclusive, estavam com cartazes com o símbolo da suástica. VERGONHA de quem faz essa afronta a vida!”, escreveu Janta nas redes sociais.

As vereadoras Daiana Santos e Bruna Rodrigues (PCdoB) e a vereadora Laura Sito (PT) sofreram ataque racista por parte dos manifestantes, sendo chamadas de ‘lixo’ e de ‘empregadas’.

“Infelizmente, ouvimos hoje aqui na Câmara o que estamos acostumados a ouvir desde muito tempo. Ser chamada de ‘empregada’, de ‘lixo’ é mais uma manifestação de um racismo que tenta desqualificar a todo momento a nossa chegada na Câmara! Não passarão!”, escreveu Bruna Rodrigues, em suas redes sociais, ao divulgar o vídeo que mostra os ataques verbais.

Bruna Rodrigues ainda afirmou em entrevista que “uma das formas pelas quais o racismo se manifesta é questionando os espaços que ocupamos”.

“Quando mulheres negras, como eu, escutam que somos ‘empregadas’ de pessoas com o perfil dessa mulher que me insultou hoje: branca, ‘de bem’, de família, essa frase na verdade questiona a nossa capacidade de estar nesses espaços. É por isso que ter ouvido hoje que sou ‘empregada’ e que sou um lixo de alguém me indignou. Eu tenho muito orgulho de já ter sido empregada doméstica, tenho muito orgulho de ser filha de gari. E tenho mais orgulho ainda de estar aqui representando estas mulheres, estas trabalhadoras!”, declarou.

“Isso não é motivo de vergonha para mim e para nenhuma trabalhadora desse ramo. Vergonha é ver que a Câmara ainda é um espaço onde o racismo, o machismo e o ódio ao nosso povo se perpetua. Por isso nos revoltamos: contra esse racismo que se manifesta nos questionando, se manifesta dizendo que não deveríamos estar aqui. Pois bem: a gente chegou na Câmara para ficar!”, afirmou ainda.

Daiana Santos, por sua vez, também denunciou o caso nas redes sociais: “RACISMO na Câmara Municipal de Porto Alegre. Além de utilizarem símbolos nazistas, os negacionistas que invadiram o plenário hoje de forma violenta, praticaram crime de racismo contra mim e as vereadoras Bruna Rodrigues e Laura Sito, afirmando que somos EMPREGADAS delas! E CRIME!”.

A vereadora Karen Santos (PSOL) também se manifestou pelas redes. “Pessoas ostentando a suástica invadiram o plenário e agrediram vereadores durante a sessão. Fascistas, inflados pela política nefasta de Bolsonaro e seus apoiadores, que tentam impor suas ações negacionistas na base da violência e da ameaça”, criticou.

A Guarda Municipal foi acionada para retirar os manifestantes do local. Conforme o comandante da corporação, Marcelo Nascimento, o policiamento foi reforçado.

A sessão foi retomada, com as galerias vazias, por volta de 15h45. Os vereadores governistas mantiveram o veto ao passaporte vacinal, já que eram necessários 19 votos para derrubar e houve 18 votos favoráveis, 14 contrários e duas abstenções. Ainda assim, uma norma estadual exige a apresentação do documento.

Em nota, a Câmara Municipal repudiou os atos de violência e de intimidação contra os vereadores.

Perda salarial: dois terços dos acordos coletivos ficam abaixo da inflação

Dois terços dos reajustes salariais negociados em acordos e em convenções coletivas ficaram abaixo da inflação em setembro, de acordo com o boletim Salarímetro, divulgado nesta sexta-feira (22) pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Segundo a pesquisa, apenas 9,5% das negociações trabalhistas resultaram em ganhos reais (acima da inflação) e 23,5%, em tiveram reajuste igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Registraram reajuste abaixo da inflação ou apenas a reposição do índice setores como comércio (atacado e varejista), indústria metalúrgica, confecções/vestuário, indústria química, fiação e tecelagem, bares e restaurantes, construção civil e educação.

Em setembro, o reajuste mediano negociado foi de 8%, enquanto o INPC no acumulado de 12 meses ficou em 10,4%. O piso salarial mediano foi de R\$ 1.255 em setembro, enquanto o piso médio foi de R\$ 1.396.

Hélio Zylberstajn, professor sênior da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do boletim, afirmou que o desemprego em massa e a inflação recorde no país dificulta cada vez mais as condições para que o trabalhador consiga um reajuste salarial adequado.

“A perda salarial durante as negociações se deve a dois fatores: a desocupação que tira o poder de barganha do trabalhador e a inflação que corrói os salários. E o pior dos mundos”, explica o professor Hélio.

Além desse quadro a que se refere o professor Hélio, de desemprego e inflação que têm impedido que os trabalhadores tenham condições de barganhar até mesmo pela reposição da inflação sobre seus salários, temos ainda o aumento de pessoas em condições precarizadas de trabalho, com salário ainda menores.

Um estudo elaborado pela consultoria IDados, com base nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do segundo trimestre, 30,2 milhões de pessoas sobrevivem com até um salário-mínimo (R\$1.100), dentre esses, dois terços são negros (66%).

Caminhoneiros reforçam greve dia 1º: ‘R\$ 400 não pagam nem meio tanque’



Marcelo Camargo/Agência Brasil



Rosinei Coutinho/SCO/STF

STF derruba trecho da reforma trabalhista que impedia acesso gratuito à Justiça do Trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, nesta quarta-feira (20), inconstitucionais dispositivos da reforma trabalhista, de 2017, que obrigam o trabalhador a pagar os honorários periciais e sucumbenciais (pagos ao advogado das partes), caso seja a parte vencida em um processo, mesmo que seja beneficiário da Justiça gratuita.

Por 6 a 4, a Corte encerrou a discussão do tema motivado pela da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que discutiu a constitucionalidade de dispositivos da reforma, a Lei 13.467/17.

Pelo entendimento, os dispositivos limitaram o acesso à assistência judiciária gratuita ao possibilitar que pessoas consideradas pobres tenham que arcar com os custos de perícias que são realizadas em processos trabalhistas, além de pagar honorários advocatícios da outra parte litigante no caso de perda da causa.

Permaneceu apenas a cobrança do pagamento das custas processuais em caso de arquivamento injustificado por ausência em audiência.

A ação que motivou a decisão foi uma das primeiras protocoladas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), em 2018, para contestar as alterações feitas pela reforma na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em seu voto, o ministro Edson Fachin apontou que as restrições ao direito à gratuidade acabam afetando o próprio acesso aos direitos sociais trabalhistas eventualmente violados, além de ferirem o direito fundamental de acesso à Justiça.

“Mesmo que os interesses contrapostos a justificar as restrições impostas pela legislação impugnada sejam assegurar um maior compromisso com a litigância para a defesa dos direitos sociais trabalhistas, verifica-se, a partir de tais restrições, uma possibilidade de negar-se direitos fundamentais dos trabalhadores”, disse Fachin em seu voto.

Outros direitos desrespeitados pelas normas questionadas seriam, de acordo com o ministro, os relacionados à cidadania, à dignidade da pessoa humana, ao objetivo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, da erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.

O dispositivo impugnado foi incluído na “reforma” sob o argumento de que havia processos trabalhistas em excesso exatamente pela facilidade com que os trabalhadores possuíam para cobrar o cumprimento de seus direitos, eventualmente desrespeitados, estimulando que mesmo os que não possuíam direitos a cobrar a entrar com ações.

Em voto pela inconstitucionalidade das normas impugnadas, a vice-presidente do STF, ministra Rosa Weber, apontou que a desestruturação da assistência judiciária gratuita, que considera elemento central para o acesso à Justiça, não irá resolver o problema da litigância excessiva.

Para a ministra, a pretexto de perseguir resultados econômicos e estímulos comportamentais de boa-fé processual, que poderiam ser alcançados de outras formas, “as medidas legais restringem a essência do direito fundamental dos cidadãos pobres de acesso gratuito à Justiça do Trabalho em defesa dos seus direitos”.

Ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo concordou com os argumentos apresentados pela procuradoria e considerou inconstitucionais os artigos 790-B e 791-A, que alteravam a CLT.

De acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), dois anos após a aprovação da reforma trabalhista, a quantidade de ações na Justiça do Trabalho caiu 32%. Entre janeiro e outubro de 2017, o Brasil possuía 2,2 milhões de ações em andamento, já no mesmo período de 2019 foram 1,5 milhão.

Como apontaram os ministros na votação do tema, o resultado revela não a redução de violações aos direitos trabalhistas, mas sim que os trabalhadores vêm desistindo de acionar a Justiça devido às dificuldades implementadas com a reforma.

A precarização das relações de trabalho, aprofundada com a reforma com a terceirização, o trabalho intermitente, a flexibilização do intervalo para almoço, entre outras medidas, colabora ainda mais para a diminuição dos processos – pois se há menos direitos trabalhistas nestas modalidades de contratação, há também menor possibilidade de os trabalhadores buscarem a Justiça para fazer cumprir-se a lei.

Votaram pela derrubada do dispositivo, além dos ministros Edson Fachin e Rosa Weber, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

O ministro Alexandre de Moraes considerou, ainda, como inconstitucional a manutenção do pagamento pelo trabalhador em caso de falta justificada.

“[A parte] Comprova a insuficiência de recursos, foi tida como hipossuficiente, obteve a gratuidade, mas, mesmo assim, vai ter que pagar?”, indagou.

Luiz Roberto Barroso (relator da ADI), Nunes Marques, Luiz Fux e Gilmar Mendes foram os 4 ministros que votaram a favor da manutenção da restrição de acesso à Justiça do Trabalho presente na “reforma” trabalhista.

O STF ainda tem importantes itens da Reforma Trabalhista a serem julgados, tais como: 1) trabalho intermitente; 2) se as cláusulas de acordos coletivos podem integrar os contratos individuais de trabalho; 3) teto indenizatório por danos morais e extrapatrimoniais nas ações perante a Justiça do Trabalho; e 4) prevalência do acordado sobre o legislado.

Governmento cancela reunião, não negocia e ainda aumenta preço dos combustíveis

Caminhoneiros consideram os R\$ 400,00 por mês de vale diesel anunciados por Bolsonaro, na quinta-feira (21), totalmente insuficiente para compensar os aumentos do óleo diesel e reafirmam a convocação para a greve no dia 1º de novembro.

Carlos Alberto Litti, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), afirmou que o anúncio de Bolsonaro não vai interferir na mobilização da categoria, e que a greve está mantida.

“De tão ridícula que é essa proposta, mostra o total despreparo com que é tratada a categoria. É um absurdo pensar que uma categoria de transportador autônomo, com todas suas dificuldades, possa compreender uma proposta tão insignificante que, em vez de tratar a causa, quer tratar o efeito colateral dela. Não é o auxílio que vai resolver o problema da política de preço equivocado da Petrobrás”, afirmou.

Nesta semana, o governo cancelou uma reunião com caminhoneiros que estava marcada para quinta-feira (28). A reunião, marcada pelo presidente da Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas, deputado Nereu Crispim (PSL-RS), tinha por objetivo abrir um canal de diálogo que evitasse a greve nacional da categoria, que está marcada para o dia 1º de novembro.

O cancelamento se dá em meio a mais um aumento do combustível, anunciado nesta segunda-feira (7% no preço da gasolina e 9,15% no preço do diesel nas refinarias), o que só reforça o descontentamento da categoria e o movimento pela paralisação nacional em curso, conforme afirmam as lideranças dos caminhoneiros e o próprio deputado.

Reforçando que os caminhoneiros não querem esmola e que o anunciado valor de R\$ 400,00, por Bolsonaro, não paga 100 litros de diesel.

Para Plínio Dias, presidente do Conselho Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas (CNTR), o auxílio anunciado por Bolsonaro não condiz com a realidade, “não tem cabimento”, não é isso que os caminhoneiros estão pedindo.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) informa, em suas pesquisas regulares do preço de vendas em milhares de postos de combustíveis em todo o país, que o menor preço médio do litro do diesel é R\$ 4,823 no Rio Grande do Sul e o maior e de R\$ 6,208 no estado do Acre. Um caminhoneiro que encher um tanque de 400 litros, por exemplo, no Rio Grande do Sul, vai pagar em torno de R\$ 1.929,20 e no Acre R\$ 2.483,20.

Além de ser apenas um “melzinho na chupeta”, como se referiu ao auxílio José Ro-

berto Stringasci, presidente da ANTB (Associação Nacional de Transporte do Brasil), o problema do cálculo dos preços dos combustíveis com base no preço de paridade internacional (PPI), imposto pela direção da Petrobrás com a cobertura de Guedes e Bolsonaro, permanece intocado, com ênfase de Carlo Litti.

Os cálculos pelo PPI tomam o preço do barril de petróleo no mercado internacional e sofrem também o impacto do preço do dólar, em fase de valorização, ao invés de levar em conta os preços de venda nas refinarias, a partir do custo de produção do barril da Petrobrás, um dos menores em todo o mundo, de até 13 dólares o barril nos melhores campos do Pré-sal.

Por conta dessa política de preços, o diesel que custava nas refinarias R\$ 2,02 no início deste ano, foi vendido, no início de outubro (dia 8), por R\$ 3,06, ou seja, em 10 meses, teve um aumento de 51%.

O anúncio do pagamento dos R\$ 400,00 a partir de novembro até o final de 2022 foi feito na quarta-feira (20) pelo ministro da Cidadania, João Roma. O prazo final em 2022 não esconde a pretensão de Bolsonaro comprar votos, o que não invalidaria em si o auxílio, no entanto, jogando “pra baixo do tapete” o crônico problema PPI.

O ministro Guedes disse que o governo estuda rever o teto de gastos, que limita o crescimento dos gastos do governo, ou permitir que uma parte do auxílio fique de fora desse teto.

Num comentário de zombaria, mas que sinaliza até onde vai a temperatura da categoria, Ronaldo Lima, caminhoneiro autônomo de Cuiabá (MT) gravou um vídeo criticando o anúncio feito. “Bolsonaro: pega esse auxílio seu e taca na latrina! (...) Enfia na latrina que nem eu estou fazendo aqui com a minha necessidade”, em vídeo gravado sentado no vaso sanitário.

Em nota, Wallace Landim (Chorão) também se manifestou hoje sobre a promessa de Bolsonaro: “Presidente Jair Bolsonaro, os caminhoneiros autônomos brasileiros não querem esmolas, auxílio no valor de R\$ 400 não supre em nada as necessidades e demandas da categoria”.

“Queremos estabilidade dos preços dos combustíveis, um fundo de colchão para amenizar volatilidade, mudança na política de preços da Petrobrás, aposentadoria especial a partir dos vinte e cinco anos de contribuição e, acima de tudo, queremos respeito e cumprimento da Lei nº 13.703/2018, conhecida como Lei do Piso Mínimo de Frete. Os caminhoneiros não querem e não precisam de esmolas, queremos respeito e dignidade para continuarmos a trabalhar”.

Justiça mantém capitão do mato afastado da gestão de pessoal da Fundação Palmares

Na última quarta-feira (20), o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10) rejeitou o pedido de Sérgio Camargo para suspender a decisão que o afasta de atividades relacionadas à gestão de pessoas na Fundação Palmares. Com isso, a Justiça ratifica que Camargo segue proibido de nomear e exonerar servidores na instituição.

Sérgio Camargo argumentou que a decisão de afastá-lo da gestão de pessoas viola a ordem pública administrativa, o que foi refutado pelo desembargador do trabalho, Brasilino Santos Ramos, presidente do TRT-10. Segundo Ramos, Sérgio Camargo “não comprova, de forma irrefutável, em que sentido a ordem pública administrativa está a ser afetada em razão da medida judicial que determinou o afastamento”.

Brasilino Santos Ramos afirmou, ainda, que a decisão judicial teve o cuidado de resguardar todas as prerrogativas de Sérgio Camargo e que o juízo de primeiro grau se baseou “em vasta produção probatória”, lançando mão de diversos depoimentos que versam sobre assédio moral e cyberbullying no ambiente de trabalho.

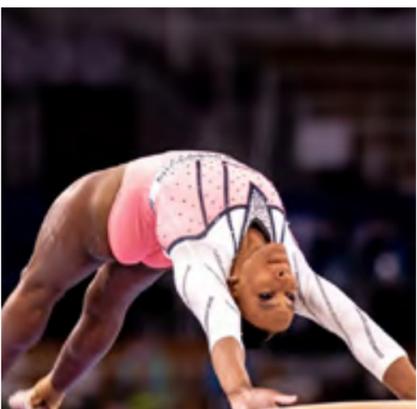
“Havendo elementos iniciais de prova, mesmo que em cogni-

ção sumária, de desrespeito à dignidade do trabalhador e, por decorrência, ao trabalho digno, sendo reversível a medida, há de se inibir de forma concreta qualquer conduta que vilipendia a pessoa humana”, diz Ramos.

A decisão que limitou o exercício dos poderes de Camargo foi proferida no início deste mês, em resposta a uma ação empreendida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) que pediu o afastamento de Camargo do cargo por denúncias de assédio moral, perseguição ideológica e discriminação contra funcionários da instituição.

No dia seguinte da decisão, na quinta-feira (21), Sérgio Camargo – que defendia na ação que seu afastamento feria a divisão dos Poderes – se manifestou sobre o caso através das redes sociais fazendo referência a um dos mais vis torturadores do período da ditadura militar e ex-chefe do DOI-Codi, o Coronel Brilhante Ustra, e se intitulou como “Black Ustra”.

“Vou torturar sim, já que não posso nomear Black Ustra”, disse o presidente da Fundação Palmares. Ele encerrou a mensagem com 3 emojis de gargalhadas e um “joinha”. A mensagem foi deletada pouco tempo depois.



Rebeca Andrade leva o ouro e se consagra campeã mundial do salto na Ginástica Artística

A ginasta Rebeca Andrade, campeã olímpica do salto, se tornou, neste sábado (23), também campeã mundial no aparelho se tornando a segunda mulher brasileira a faturar um ouro em um Campeonato Mundial de Ginástica Artística, no Japão. O título havia sido conquistado apenas por Daiane dos Santos.

Horas depois do ouro, a ginasta voltou ao pódio por ganhar também medalha de prata nas barras assimétricas paralelas, seu aparelho favorito.

“É um sonho realizado. Estou muito orgulhosa de mim. O tanto que treino. Está cansada, está triste, está feliz, sempre está lá dando seu máximo no treino para chegar aqui e fazer uma apresentação em 40 segundos, com todo mundo olhando você, os juizes te julgando. Fiquei muito feliz com a minha paralela, que todo mundo sabe que é meu aparelho favorito”, disse a ginasta.

“Estou muito feliz. Foi muito importante, assim como foram as medalhas olímpicas. Sempre quis ser medalhista em um Mundial, sempre quis ser medalhista olímpica. Sempre tive a Dai, a Jade, a Daniele, o Diego, o Zanetti, o Nory, todos eles como ídolos para mim. Estou fazendo parte desse time”, disse Rebeca.

No salto, a brasileira praticamente cravou seus dois voos, com os dois melhores saltos da decisão com 15,133 pontos e 14,800, fechando com média de 14,966 pontos, que fizeram com que a brasileira ficasse com quase um ponto de vantagem para a segunda colocada, a italiana Asia D’Amato, com 14,083. A russa Angelina Melnikova completou o pódio, com 13,966.

Nas barras assimétricas, Rebeca não conseguiu fazer uma ligação de movimentos que tinha executado na classificatória. Ainda assim, a boa execução fez a diferença, inclusive no critério de desempate com a chinesa Luo Rui, ambas com 14,633 pontos. O ouro ficou com a também chinesa Wei Xiaoyuan, com 14,733 pontos.

“Estou muito feliz. Mesmo com algumas falhas, consegui me segurar, controlar bem meu corpo. Isso é muito importante para um atleta. Estou muito grata”, disse Rebeca.

Procuradoria Geral do Equador investiga fraudes do presidente



Propagador de fake news com Bolsonaro envolvido na invasão do Capitólio, Steve Bannon é processado por comissão da Câmara dos EUA

Deputados da Comissão que investiga a invasão de 6 de janeiro ao Capitólio decidiram, por unanimidade, abrir processo criminal contra o ex-assessor de Trump, Steve Bannon, por “desacato”. Bannon deixou de comparecer, no dia 14, para depor diante da Casa dos Representantes (equivalente a nossa Câmara dos Deputados) alegando estar protegido por privilégios executivos, mesmo sem ocupar atualmente qualquer cargo dentro da Casa Branca.

“Acreditamos que o Sr. Bannon tem informações relevantes à nossa investigação e nós iremos usar de todos os meios ao nosso alcance para conseguir estas informações”, afirmou – antes da votação pelo início do processo – o deputado Bennie G. Thompson, democrata pelo Missouri, presidente da Comissão que investiga a invasão.

“Espero que a Casa como um todo apoie esta decisão e leve o pedido de indiciamento ao Departamento de Justiça (equivalente ao nosso Ministério da Justiça) e que o produtor-geral dos EUA cumpra o seu dever e avance no processo por desacato criminoso contra o Congresso”, acrescentou o deputado após a aprovação da proposta.

Thompson adiantou que Bannon “está isolado” em sua tentativa de esconder os fatos pois a comissão já recolheu “milhares de páginas documentais e coleta depoimentos de forma firme e constante”.

Referindo-se a uma fala de Bannon no dia 5 de janeiro, em seu podcast, de que “o inferno explodiria” no dia seguinte, que coincidiu com a invasão do Capitólio, a vice-presidente da comissão, deputada Liz Cheney, republicana pelo Estado de Wyoming, sublinhou que “o que já conseguimos avançar em termos de conhecimento sobre os planos para o dia 6 de janeiro mostram que ele teve um papel importante na formulação destes planos”.

“O Sr. Bannon estava no quarto do hotel Williard no dia 6 de janeiro”, acrescentou Cheney, em referência ao hotel localizado em Washington onde ele se encontrou com Trump e comparsas antes dos eventos daquele dia.

“Ao que tudo indica ele também tinha conhecimento detalhado dos esforços do presidente Trump para vender a milhões de americanos a fraude de que as eleições teriam sido roubadas, como muitos depoentes que participaram do ataque de 6 de janeiro atestam”. Segundo eles, a violência daquele dia foi uma resposta direta aos repetidos reclamos do presidente Trump, desde a noite das eleições até o 6 de janeiro, de que ele havia vencido”.

Cheney disse ainda que o conhecimento privilegiado dos fatos por parte de Bannon apontam para a conclusão de que “Trump esteve pessoalmente envolvido no planejamento e execução do 6 de janeiro”.

“Nós vamos até o fundo na investigação”, finalizou Cheney.

LIGAÇÕES PERIGOSAS COM BOLSONARO

A Polícia Federal monitora, no Brasil, as ações de Bannon relacionadas às eleições de 2022. Bannon tem se metido a criticar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nos mesmos termos de Bolsonaro que constantemente levanta dúvidas quanto à segurança das urnas eletrônicas brasileiras.

Segundo a PF os seguidores de Bolsonaro usam os mesmos métodos de desinformação em redes sociais aos que Bannon coordenava em favor de Trump quando era conselheiro sênior da Casa Branca.

Um dos responsáveis pela aproximação de Bolsonaro e seguidores a Steve Bannon foi o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Filipe G. Martins.

Martins, o mesmo que em sessão do Congresso brasileiro fez o gesto dos supremacistas norte-americanos brancos do “White Power” (Poder Branco), fez contatos com Bannon quando este era editor do site propagador de notícias falsas, o Breitbart News.

Outra ligação perigosa de Bolsonaro com os produtores de fake news nos EUA é Allan dos Santos, que teve prisão preventiva decretada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, na quinta-feira (21).

Ao embasar a determinação de prisão de Allan dos Santos, o ministro do STF citou um trecho da representação em que a Polícia Federal aponta proximidade entre o blogueiro bolsonarista e o norte-americano Owen Shroyer, colaborador do site de notícias falsas Infowars. Shroyer atualmente responde à Justiça dos EUA, acusado de invadir a sede do Legislativo norte-americano, em janeiro: “Identifica-se articulação de [Allan dos Santos] com pessoas diretamente envolvidas na invasão ao Capitólio, inclusive utilizando o canal de [Jonathan] Owen Shroyer” que atua “para reiterar e reverberar, dessa vez em solo americano, a difusão de teorias conspiratórias voltadas a desacreditar o sistema eleitoral brasileiro”, afirmou a representação da PF, assinada pela delegada Denise Ribeiro, em setembro.

Allan Santos, também próximo a Bannon, como mostra a foto acima, está foragido nos Estados Unidos, desde que as investigações por difusão de fake news tiveram início, tem o visto vencido e, a partir de agora, por decisão do ministro do STF, tem seu nome incluso na lista de procurados pela Interpol.



Equatorianos tomaram as ruas em repúdio a arrocho acertado por Lasso com FMI

EUA e facínoras assassinavam, há dez anos, o líder da Líbia Muamar Kadhafi

Há dez anos – no dia 20 de outubro –, o líder líbio Muamar Kadhafi, que havia levado sua nação a se tornar a mais rica de toda a África, foi brutalmente assassinado, após a intervenção da Otan, que reduziu o país a escombros e o entregou a terroristas, a ponto de hoje continuar dividido, ser considerado um ‘Estado falido’, onde até a escravidão voltou.

Como assinalou o colunista da Press TV, Richard Medhurs, o assassinato de um dos líderes mais proeminentes do mundo árabe, cometido para roubar os recursos da Líbia e proteger a hegemonia ocidental, sob o pretexto de ‘direitos humanos’ e ‘democracia’.

Raramente discutido nas notícias, a Líbia se tornou uma sombra do que era, devastada por 10 anos de guerra e caos. O Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas fornece uma medida resumida de saúde, educação e renda. Em 2010, a Líbia ocupava o primeiro lugar na África e o 53º entre 189 países e territórios. Hoje, sua classificação caiu de 53 para 105 em todo o mundo.

A LÍBIA DE KADHAFI

A revolução que Kadhafi encabeçou havia transformado a Líbia “de um dos países mais pobres da Terra em um Estado rico e autossuficiente, ao mesmo tempo em que administrava uma sociedade tribal em um país com as maiores reservas de petróleo da África”.

“Durante seus 42 anos no poder, ele aumentou a taxa de alfabetização do país de 25% para 88%. Os líbios desfrutavam de saúde gratuita, educação gratuita e um alto padrão de vida. As necessidades básicas, como eletricidade e gás, eram baratas, e o país tinha garantida uma forte rede de segurança social e programas de bem-estar”.

A Líbia é 90% deserta. Kadhafi construiu o maior projeto de irrigação do mundo, o ‘Grande Rio Manufaturado’ na década de 1980, que fornece 70% de toda a água doce da Líbia. Custando mais de US\$25 bilhões, o projeto foi totalmente autofinanciado, sem quaisquer empréstimos ou créditos de bancos estrangeiros. A Líbia não tinha dívida externa.

Depois da ‘revolução’ apoiada pela OTAN, a Líbia não tem mais nenhuma dessas coisas boas. Existem constantes cortes de energia. O sistema de saúde entrou em colapso. Não há infraestrutura. O padrão de vida despencou e, depois de 10 anos, a Líbia nem mesmo tem um governo



Encontro histórico de líderes africanos: Kadhafi e Nasser

central funcionando.

Em março deste ano, um governo de unidade nacional foi formado, depois de um cessar-fogo mediado em outubro de 2020. Embora as eleições estejam marcadas para dezembro, as lutas internas persistem e se algo acontecerá com esse processo ainda está para ser visto.

“Antes uma nação próspera, desde sua queda, foi tomada por terroristas, oportunistas e ladrões e mergulhou no caos. Isso é o que aconteceu à Líbia nos últimos 10 anos. Isso é o que a OTAN criou”, acrescenta Richard.

O “PECADO” DE KADHAFI

Em 2009, Kadhafi propôs que as nações africanas adotassem uma moeda única: o dinar de ouro. O Banco Central da Líbia, que era 100% estatal, tinha reservas de 144 toneladas de ouro que pretendia usar para esse fim. Kadhafi propôs que os países africanos comprassem e vendessem seus recursos exclusivamente nesta nova moeda pan-africana.

O que permitiria aos africanos se livrarem do domínio do dólar americano e do franco da África Central (CFA) – uma moeda colonial usada em 14 países e controlada inteiramente pela França.

“Este foi o maior pecado de Kadhafi”, sublinhou Medhurs. “Ao desejar que as nações africanas adotassem uma moeda única, controlassem seus próprios recursos e tivessem uma verdadeira independência, ele representava uma ameaça à hegemonia monetária ocidental, então ele teve que ir”.

Uma olhada nos e-mails da então secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, mostra as discussões sobre as reservas de ouro de Kadhafi e seus planos para uma moeda única. Ficou claro para o Ocidente que os países africanos abandonando o dólar americano ou o franco CFA, e controlando sua própria moeda e política monetária, minaria a influência americana e francesa sobre a África.

Nesses e-mails estava também a evidência de que este plano para fornecer uma alternativa ao franco CFA “foi um dos fatores

que influenciaram a decisão do presidente Nicolas Sarkozy de comprometer a França no ataque à Líbia”.

“Há uma conspiração para controlar o petróleo da Líbia e para controlar as terras da Líbia, para colonizar a Líbia mais uma vez”, denunciou Kadhafi em 2011.

MALIGNA HILLARY

“Nada poderia ser mais emblemático de como todo o caso é maligno do que Hillary Clinton literalmente pulando de alegria ao ouvir sobre a morte de Kadhafi, depois que ele foi brutalmente sodomizado, linchado e executado por rebeldes apoiados pela OTAN”. “Nós viemos, vimos, ele morreu”, disse a maligna.

A CIA encontraria utilidade adicional no assassinato de Kadhafi: canalizando os estoques de armas e munições da Líbia para a Síria para armar a Al-Qaeda e outros grupos jihadistas que espalhavam o terror contra outro governo independente no Oriente Médio.

Agora as pessoas olham para a Líbia e a rotulam como um ‘Estado falido’, mas a Líbia de Kadhafi não era um Estado falido. Foi a nação mais rica e próspera da África – um estado próspero até que o Ocidente o destruiu deliberadamente em 2011.

Os apologistas do imperialismo ocidental adoram desprezar as conquistas de outros países e rotular seus líderes de ditadores, mas a verdade é que a Líbia estava muito melhor sob Kadhafi. Tinha petróleo, ouro, água e independência de recursos.

“A história está repleta de líderes africanos, árabes e latinos, mortos pelos Estados Unidos, por usar tornar seus países melhores e por buscar desafiar a hegemonia ocidental. Kadhafi não é exceção. Não há nada que o Ocidente odeie mais do que um líder árabe que se opõe ao imperialismo”. O Ocidente foi odioso com um líder que queria que “seu país, e outros países árabes e africanos, fossem autossuficientes. E por isso que a OTAN assassinou Kadhafi”, concluiu Medhurs.

Denunciado pelo informe dos Pandora Papers, Lasso tem investigação sobre fraude fiscal avançando no parlamento e agora aberta na Procuradoria Geral do Equador

A Procuradoria Geral do Equador informou que iniciou uma investigação prévia pelo suposto crime de fraude fiscal contra o presidente Guillermo Lasso, no caso Pandora Papers. Lasso também está sendo investigado pela Comissão de Garantias Constitucionais da Assembleia Nacional, que na quarta-feira (20) decidiu convocá-lo a explicar sua relação com empresas offshore constituídas em paraísos fiscais, exposta pela denúncia do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo, junto com dezenas de jornais do mundo inteiro.

Terça-feira houve uma jornada de repúdio aos projetos de lei de arrocho acertados com o FMI, que Lasso está tentando enfiar goela abaixo do parlamento, utilizando-se da decretação de estado de emergência no país por 60 dias, a pretexto do ‘combate ao narcotráfico’.

A investigação aberta pelo Ministério Público equatoriano tem como base denúncia feita em 6 de outubro pelo ex-candidato presidencial do movimento indígena, Yaku Pérez, contra Lasso pelas revelações dos chamados Pandora Papers. O MP equatoriano solicitou da Receita Federal todos os movimentos financeiros,

pagamentos e tributos de Lasso, bem como de seus parentes mais próximos, desde 2013, quando se apresentou pela primeira vez como candidato para a Presidência.

Sob risco de impeachment na Assembleia Nacional e sem votos para impor o pacote do FMI, a decretação do estado de emergência foi o estrategema encontrado pelo presidente banqueiro para tentar uma virada de mesa. Ele também ameaça dissolver o parlamento usando uma cláusula da constituição, a assim chamada “morte cruzada”, que implica em novas eleições gerais, mas permite que ele siga no governo até o novo pleito.

No mesmo dia em que Lasso decretou o estado de exceção, comissão investigadora da Assembleia Nacional começou a colher os testemunhos de mais de 40 pessoas convocadas a depor, incluindo o próprio presidente, a sua esposa e o seu filho. A conclusão da investigação está prevista para 6 de novembro.

Há quatro anos está em vigor no Equador uma lei que proíbe servidores públicos e políticos de terem propriedades em paraísos fiscais. Lasso assevera que

se desfez de todas as 14 sociedades offshore a partir da lei de 2017 e acusa a oposição de “conspiração” para “golpear a democracia”.

Apenas há cinco meses no poder, é cada vez mais insustentável o isolamento de Lasso, cujo partido só tem 12 deputados e que, estando tudo, só chega a uma base de 35 em 137 deputados.

As jornadas de luta de 15 de setembro já o haviam forçado a fazer dar uma maquiada em seu gabinete. No final de setembro, uma rebelião nas penitenciárias, com dezenas de mortos, acabaria propiciando a Lasso um pretexto para a manobra de agora.

Pela interpretação que Lasso quer dar à norma legal, sob o estado de exceção o parlamento tem até 30 dias para apreciar um projeto apresentado em caráter de urgência e, se não o fizer, este se torna lei assim mesmo.

Na tentativa anterior de impor o decreto do FMI, o assim chamado “Criando Oportunidades”, Lasso teve o projeto devolvido pela Assembleia por violar a disposição de que uma matéria de economia sob o estatuto de urgência só pode abarcar um tema, e seu pacote ia do arrocho trabalhista ao achaque fiscal e tributário.

Leônidas Iza, presidente da maior organização indígena equatoriana, denunciou que Lasso está tentando silenciar os protestos contra seu governo. “O presidente da República emite o decreto em um momento de deterioração de seu governo; aproveitam-se da questão do crime e questão do estado de exceção”, advertiu em entrevista ao Sputnik o líder da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie).

“Estamos preocupados que queira instalar uma política do medo, uma política militarizada para amenizar as manifestações planejadas. O presidente, nos dias anteriores, disse que o movimento indígena está entre aqueles que querem desestabilizar e lança o estado de exceção, a partir de uma especulação”, acrescentou Iza.

Depois do mandato de rendição ao neoliberalismo do presidente Lenin Moreno, ao que se somou o impacto da pandemia, a economia equatoriana retrocedeu 7,8% em 2020. Quase metade da população está na pobreza ou na miséria, e o subemprego e desemprego vão a 30%. O país está há duas décadas sem uma moeda soberana, submetido ao dólar.

Ex-aluno que matou 14 estudantes e professores na Flórida se declara culpado

Nikolas Cruz, autor do massacre que deixou 17 estudantes e professores mortos na escola secundária Marjory Stoneman Douglas, em Parkland, na Flórida, em 2018, se declarou culpado pelos assassinatos nesta quarta-feira (20).

Em 14 de fevereiro de 2018, então com 19 anos, o ex-aluno – que havia sido expulso por razões disciplinares – abriu fogo indiscriminadamente com um fuzil AR-15 durante cerca de 10 minutos dentro da escola.

Neste curto período, Cruz ativou o alarme de incêndio para remover as pessoas das aulas e aumentar o número de mortos. Ele vagou pelos corredores e teve como alvo quem se amontoava no primeiro e segundo andares antes de deixar o local às pressas, no meio da multidão, sem ser descoberto de imediato.

Agora com 23 anos, o assassino falou em uma audiência da Justiça com a presença de vários parentes das vítimas,

que reagiam perplexos e emocionados às respostas dadas pelo jovem à juíza Elizabeth Scherer, que questionou sua capacidade mental.

Um julgamento com o intuito de definir a pena determinará se Cruz receberá a pena de morte ou a prisão perpétua. Os jurados deverão ser selecionados no mês de novembro, com a expectativa de que os depoimentos ocorram a partir de janeiro.

Ao mesmo tempo em que muitos pais balançavam a cabeça, Cruz se desculpou dizendo: “Sinto muito pelo que fiz, às vezes não consigo viver comigo mesmo”. O assassino acrescentou que gostaria que dependesse dos sobreviventes determinar a sua pena, se vai viver ou morrer. O Massacre de Parkland está entre os 10 tiroteios em massa mais mortíferos da história americana e reforça um gigantesco movimento de protesto nacional contra a violência armada nas escolas americanas.

Elias Jabbour: a China que o ocidente tenta ocultar

Realmente, existe uma “China oculta” que paira sobre o pensamento médio no Ocidente, tanto na academia quanto na imprensa. Trata-se da China do “milagre” e de pleonasmos como o chamado “capitalismo de Estado”. Atualmente, a face oculta ganhou os contornos da falaciosa economia doméstica: do “modelo” sustentado pelo endividamento. Em geral, esta visão estreita é resultado do grau de primarismo conceitual e inércia intelectual com que é tratado um fenômeno de tamanha originalidade histórica. Infelizmente, Demétrio Magnoli não foge à regra em sua recente coluna “Uma China oculta”.

O colunista faz alusão ao secretário de Estado dos EUA, A. Blinken, que orientou o governo chinês a “agir responsabilmente” diante da crise da Evergrande. Provavelmente, o sentido da citação era insinuar que os problemas econômicos chineses são mais graves do que aparentam ser. Entretanto, não deixa de ser estranho ancorar-se na autoridade de um país que gerou a crise financeira de 2008, deixando sequelas econômicas e sociais no mundo que persistem até hoje.

O lado oculto da China requer perguntas que ficaram também ocultas na análise. É também de interesse geral saber como os chineses conseguiram gerar 130 milhões de empregos urbanos nos últimos dez anos. Sim, a planificação desse processo que impediu o país de replicar em seus centros urbanos as grandes favelas indianas e brasileiras é algo a ser estudado. Como geógrafo, o professor Magnoli não deveria deixar-se impressionar pelo tamanho do setor da construção civil na China. O surgimento de um poderoso setor de construção civil foi responsável pela edificação de 70 milhões de apartamentos apenas no último decênio. O que deveria chamar a atenção não é o tamanho do endividamento da Evergrande, mas como o governo chinês lidou com o problema sem provocar uma crise financeira no país. Foi ocultada a lenta estatização desse setor, que está ocorrendo sem fuga de capitais e sem quebras bancárias. Sem que nenhuma família fique sem o apartamento porque a empresa não entregou.

Já não se pode mais sustentar a falsa noção de que o Japão, os EUA e outros países desenvolvidos com grandes dívidas públicas possam literalmente “quebrar” em suas próprias moedas. Nem o Brasil, com suas reservas cambiais robustas, corre esse risco. A China, muito menos. Para aferir os limites do “milagre chinês”, é bom nos munirmos de algumas informações. A economia chinesa é baseada em 96 grandes conglomerados empresariais estatais e, além dos quatro bancos citados por Magnoli, uma rede de bancos provinciais e municipais de desenvolvimento. Estes criaram moeda suficiente para a construção de, por exemplo, 40 mil quilômetros de ferrovias de alta velocidade nos últimos 20 anos. A China é o país com o maior número de empresas na lista Fortune 500, sendo que 80% delas são estatais. Eis mais uma face da China que se mantém, sem razões objetivas, oculta por aqui.

A China cresce apoiada em ondas de inovações institucionais que, ao longo dos últimos 40 anos, foram moldando o papel do Estado e do setor privado no país. Se o Estado tem sido capaz de coordenar um processo de desenvolvimento único, o setor privado tem se mostrado um interessante suplemento do setor público na economia. Esta China oculta começa uma nova onda de inovações institucionais com o intuito de dirimir as contradições surgidas nesse processo. A solução do caso Evergrande é apenas um sintoma deste processo mais amplo no sentido de reconfiguração das formas de propriedade no gigante asiático. Novas formas históricas de propriedade pública estão na ordem do dia em Pequim.

ELIAS JABBOUR*

*É professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e em Relações Internacionais da UERJ
Republicado do portal O Vermelho

Pentágono investiga falha do teste da arma hipersônica

O Pentágono confirmou a falha no lançamento-teste de um míssil hipersônico dos EUA, realizado no Alasca e anunciou que está em andamento a revisão de todas as fases do evento para descobrir a causa do problema com os propulsores do foguete, o que está sendo verificado no complexo do porto espacial do Pacífico em Kodiak. Conforme o Departamento de Defesa, o não funcionamento do foguete impediu que a arma propriamente dita fosse testada.

O tenente-coronel Tim Gorman, porta-voz do Pentágono, contudo, minimizou a gravidade da falha. Segundo Gorman, “experimentos e testes – bem ou malsucedidos – são a espinha dorsal do desenvolvimento de tecnologias críticas e altamente complexas em uma velocidade tremenda, como o departamento está fazendo com as tecnologias hipersônicas”. O porta-voz ainda fez questão de esclarecer que “este teste de voo é parte de uma série contínua de testes de voo à medida que continuamos a desenvolver essa tecnologia”.

Dessa forma, o Pentágono assegura que continuará por esse caminho para entregar armas hipersônicas ofensivas no início da década de 2020, algo assim por volta de 2025.

O programa de mísseis hipersônicos da Força Aérea sofreu um revés em abril ao deixar de ser lançado de um B-52. Em vez disso, a Arma de Resposta Rápida (ARRW, na sigla em inglês) lançada do ar AGM-183A permaneceu na aeronave.

Manifestantes exigem em Londres a liberdade do jornalista Assange



Inglêses clamam pela imediata libertação de Assange e dizem “não à extradição”

EUA mantém afegão preso ilegalmente há 14 anos em prisão de Guantánamo

O juiz distrital Amit Mehta, julgando uma petição de habeas corpus em favor do preso de Guantánamo Asadullah Haroon Gul, determinou que os Estados Unidos não têm base legal para o manter preso.

Gul é um dos 39 presos ainda no campo de concentração, no qual já estiveram 800 cativos desde 2002.

“Asadullah perdeu toda a infância de sua filha. Ele deve se reunir com sua família o mais rápido possível, mas não há como restaurar o que foi tirado deles”, afirmou em comunicado a Reprieve, um grupo de defesa legal norte-americano.

O afegão está há 14 anos em Guantánamo, sem acusação e sem julgamento, e teve acesso negado a um advogado durante os primeiros nove anos de sua detenção. Há cinco anos, a Reprieve entrou com uma petição no tribunal federal na capital, Washington, argumentando que sua detenção era ilegal.

Foi a primeira vez em dez anos que um tribunal concedeu um habeas corpus a um prisioneiro de Guantánamo, apesar de a Suprema Corte haver reconhecido esse direito desde 2008.

Um conselho de revisão militar dos EUA havia, no início de outubro, se pronunciado favorável à libertação dele, citando “falta de liderança” e “falta de base ideológica clara”.

“A recomendação do conselho é bem-vinda, mas devemos lembrar que Asadullah passou mais de 14 anos de sua vida na prisão sem acusação ou julgamento”, disse o advogado da Reprieve, Mark Maher, em um comunicado.

Gul foi capturado por forças fantoches em 2007, entre-



Campo de concentração dos EUA em Guantánamo

gue aos norte-americanos e levado a seguir para Guantánamo.

“O resultado da petição foi que ela foi concedida”, disse Tara Plochocki, a advogada de Gul. “O juiz decidiu que sua detenção é ilegal. E, como acontece com qualquer outra ordem judicial contra o governo dos Estados Unidos, há uma obrigação constitucional de dar efeito a essa ordem. E assim, deve significar que ele é imediatamente libertado”, disse Plochocki à Al Jazeera.

Gul era membro do Hezb-e-Islami, ou Partido Islâmico do Afeganistão, que chegou a um acordo de paz com o governo de Cabul em 2016. Seus advogados assinalaram que, como as hostilidades dos EUA no Afeganistão haviam cessado, ele deveria ser libertado, mas o juiz rejeitou esse argumento.

Gul nunca fez parte do

Talibã, ou da Al-Qaeda ou de qualquer grupo afiliado à Al-Qaeda e não lutou contra os EUA. Ele afirmou em documentos judiciais que estava em uma viagem de negócios ao Afeganistão vindo do campo de refugiados no Paquistão, onde vivia com sua família, quando foi capturado.

Como revelou o WikiLeaks, Guantánamo não passava de um campo de concentração e tortura, usado como propaganda da ‘Guerra ao Terror’, isto é, do assalto ao petróleo metamorfoseado de contenção do jihadismo, que os próprios EUA haviam insuflado, treinado e armado, no auge da ordem global unilateral, que vê seu ocaso com os invasores tendo sido obrigados a viver seu Momento Saigon em Cabul. A propósito, Biden diz que pretende fechar o campo de concentração – o que Obama prometeu, mas não fez.

Rússia anuncia fechamento de sua representação na Otan

A Rússia suspenderá o funcionamento de sua representação ante a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em Moscou, que ela mantém desde 1998, por conta da expulsão de oito cidadãos russos pela organização, declarou o ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, na segunda-feira (18).

“Em resposta às ações da OTAN, estamos suspendendo o trabalho de nossa missão permanente na aliança, incluindo o trabalho do principal representante militar. Provavelmente [será suspenso] a partir de 1º de novembro, ou levará mais alguns dias”, afirmou Lavrov em uma coletiva de imprensa.

Ele acrescentou que “em segundo lugar, nós [Rússia] estamos suspendendo as atividades da missão de contatos militares da OTAN em Moscou, sendo assim, a acreditação dos seus funcionários deverá ser revogada a partir de 1º de novembro de 2021”.

“E em terceiro lugar, as atividades do escritório de informação da OTAN em Moscou, que foi estabelecido na Embaixada do Reino da Bélgica, estão sendo encerradas”, sublinhou o chanceler russo.

Além disso, Lavrov detalhou que Moscou não pretende



Lavrov: representação da Otan em Moscou será encerrada

fazer de conta que as relações com a OTAN poderão mudar em uma perspectiva de curto prazo.

“A OTAN não está interessada em qualquer diálogo equitativo. Se é assim, não vemos grande necessidade de continuar fazendo de conta que são possíveis quaisquer mudanças em um futuro próximo, porque a OTAN já declarou, de fato, sobre a impossibilidade de tais alterações”, disse Lavrov.

O chefe do Comitê de Relações Internacionais da Duma Russa (Parlamento), Leonid Slutski, descreveu as acusações como “infundadas” e afirmou que, com a expulsão dos diplomatas, “o Ocidente continua seu

curso de confronto diplomático com a Rússia”.

“A retirada da credenciação de oito membros da equipe da Missão Permanente da Rússia junto à OTAN reduzirá ainda mais o nível de comprometimento com o diálogo”, disse o parlamentar.

Em 6 de outubro, a OTAN anunciou a redução da missão russa junto à aliança de 20 para 10 pessoas, oito diplomatas tiveram suas credenciações revogadas com o argumento sem nenhuma comprovação de que eram “oficiais da inteligência russa não declarados”, e outras duas vagas foram eliminadas. Segundo a aliança, até final de outubro os diplomatas russos devem deixar Bruxelas.

Com faixas e cartazes exigindo respeito à democracia e aos direitos humanos, uma ampla frente repudiou a criminalização do jornalismo

Entoando palavras de ordem como “Liberdade para Julian Assange”, “Não à extradição” e “Jornalismo não é crime”, manifestantes marcharam pelo centro de Londres até a Suprema Corte da Inglaterra, no sábado (23), para exigir a libertação do fundador do WikiLeaks, preso por ter revelado inúmeros crimes de guerra praticados pelos Estados Unidos na invasão do Iraque e do Afeganistão.

Com faixas e cartazes exigindo o respeito à democracia e aos direitos humanos, uma ampla frente de organizações sociais reiterou que por detrás do “julgamento” marcado para a próxima quarta e quinta-feira (27 e 28) – que supostamente avaliará o recurso dos EUA relativo à deportação de Assange – existem graves ameaças à vida do fundador do WikiLeaks.

Conforme narram os jornalistas Zach Dorfman, Sean D. Naylor e Michael Isikoff em reportagem publicada no portal Yahoo News, “em 2017, quando Julian Assange começou seu quinto ano abrigado na embaixada do Equador em Londres, a CIA planejou sequestrar o fundador do WikiLeaks, gerando um acalorado debate entre funcionários do governo Trump sobre a legalidade e praticidade de tal operação”.

A reportagem do Yahoo News tem por base conversas com mais de 30 ex-funcionários da administração do ex-presidente Trump – oito dos quais descreveram detalhes –, revelando que a Agência Central de Inteligência (CIA), sob ordens do então ex-secretário de Estado dos EUA e braço

Snowden: “extradição de Assange para os EUA é um assassinato”

O chamado “Tribunal de Belmarsh”, processo de julgamento popular que defende o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, e denuncia os Estados Unidos por crimes de guerra, se reuniu em Londres nesta sexta-feira (22) para reiterar a necessidade de sua imediata libertação.

“O que vemos aqui é um assassinato”, sintetizou Edward Snowden, ex-técnico da CIA, responsável por ter divulgado a maior filtragem de documentos secretos da história da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA). “Para onde quer que olhemos, do Afeganistão à economia, da pandemia à vigilância onipresente, o óbvio se tornou indescritível”, afirmou Snowden, frisando que falar de tais coisas colocaria qualquer um na mesma categoria de Julian Assange. Seria rotulado como “criminoso político”, acusado “pela transgressão de eleger um lado equivocado”, esclareceu. “Se queremos libertar o mundo, temos que libertar Assange”, concluiu Snowden, orador do processo que durou mais de duas horas e meia.

“Se permaneceremos imóveis e permitirmos que Julian Assange seja perseguido desta forma, não tenha dúvidas sobre isso, as liberdades fundamentais que pensamos estar garantidas ao longo dos séculos no Reino Unido e em outros lugares, estarão em risco”, defendeu John McDonnell, um membro do Parlamento britânico do Partido Trabalhista.

O ex-ministro das finanças grego, Yannis Varoufakis, afirmou que “o Tribunal de Belmarsh é uma contribuição séria para a justiça internacional na medida em que continuamos não a pedir simplesmente a libertação de Julian Assange, o que é claro que fazemos, mas na medida em que continuamos a perseguir e processar os assassinos que estão agindo

direito de Trump, Mike Pompeo, teria discutido o assassinato ou sequestro de Julian Assange enquanto este era refugiado na embaixada do Equador em Londres.

“A acusação da Suprema Corte representa uma séria ameaça aos jornalistas e à liberdade de imprensa. O governo britânico deve retirar imediatamente as acusações contra ele”, defenderam entidades como o Sindicato Nacional de Jornalistas.

O Supremo Tribunal da Inglaterra e do País de Gales especificou que os dois dias de audiência serão presenciais, embora os advogados e o acusado tenham sido dispensados de comparecer.

Assange, que poderia ser condenado a 175 anos de prisão nos Estados Unidos, em virtude das 17 acusações de espionagem imputadas a ele, está encarcerado na prisão de Belmarsh – uma espécie de Guantánamo do Reino Unido –, desde abril de 2019. Ele foi retirado às pressas e sob violência da Embaixada do Equador assim que o governo do Equador, sob a presidência de Lenin Moreno, o entregou de forma vexaminosa à Polícia Britânica.

No total, o jornalista, escritor e ciberativista havia ficado exatos 2.429 dias dentro da embaixada na tentativa de evitar a extradição. A privação de liberdade começou em 12 de agosto de 2012, quando Assange foi admitido pelo governo de Rafael Correa como asilado político.

Em setembro de 2020, uma juíza britânica recusou-se a entregar o jornalista aos Estados Unidos.

em nome de um por cento de um por cento”.

Asilado desde 2012 na Embaixada do Equador em Londres durante o governo do presidente Rafael Correa, Assange teve seu exílio cassado e foi entregue pelo governo de Lenin Moreno à Scotland Yard em abril de 2019. Na próxima semana, Tribunal de Londres irá julgar o recurso impetrado por Washington por ter perdido sua demanda de extraditar Assange. O que estará em jogo na próxima semana é se Assange será libertado na Inglaterra ou entregue aos Estados Unidos, onde é acusado – de forma fraudulenta – por espionagem por ter exposto os crimes de guerra praticados pelo Pentágono no Iraque e no Afeganistão. Pelo crime de espionagem, nos EUA, poderia pegar 170 anos de prisão.

Participaram do evento várias figuras públicas de todo o mundo, como lideranças políticas, ativistas e jornalistas, que denunciaram a brutal perseguição política com o intuito de calar Assange e silenciar os que põem em xeque a lógica intervencionista de Washington.

“Assange é o primeiro denunciante desses crimes. Portanto, ele pagou um preço muito alto por sua determinação em expor a verdade”, declarou Tariq Ali, membro do Tribunal Russell-Sartre, argumentando que os repórteres podem publicar todas as informações de interesse público e proteger suas fontes, se necessário.

Para John Rees, organizador da campanha contra a extradição do fundador do WikiLeaks, “Julian Assange está com toda a razão porque o Estado mais poderoso da Terra se encontra fundamentalmente equivocado, tratando de criminalizar os que dizem a verdade, enquanto os governos dos EUA e do Reino Unido mentem”.

Leia mais no site do HP

Remoção da estátua de Jefferson em NY é presente ao trumpismo

Não se trata de um ataque ao indivíduo Jefferson, morto há 195 anos (...), é um ataque aos princípios que Jefferson representou, acima de tudo a proclamação da igualdade humana universal da Declaração da Independência. Nesse sentido, o ataque a Jefferson apenas mina os alicerces sobre os quais depende a defesa da democracia diante da crescente ameaça do fascismo, ao mesmo tempo em que dá cobertura política a Trump e ao Partido Republicano, que se colocam como defensores do legado de 1776, mesmo enquanto planejam a derrubada da democracia

TOM MACKAMAN*

A cidade de Nova York removerá da Prefeitura uma estátua de quase duzentos anos de Thomas Jefferson, autor da frase imortal “Consideramos essas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais”, supostamente com base em que ele possuía escravos.

A remoção da estátua de Jefferson foi ratificada por unanimidade na tarde de segunda-feira em uma audiência agendada às pressas de um comitê de 11 pessoas chamado Comissão de Design Público. O até então obscuro comitê foi escolhido a dedo e nomeado pelo prefeito Bill de Blasio.

A chamada “audiência” foi uma farsa. A decisão já havia sido tomada. Uma caixa de madeira foi construída especialmente com o propósito de devolver Jefferson à Sociedade Histórica de Nova York “por empréstimo de longo prazo”, uma expressão orwelliana para naftalina. A Comissão não se comprometeu formalmente com esse destino em sua audiência de segunda-feira, e também há apelos para que a escultura seja descartada de uma vez. “Acho que deveria ser armazenado em algum lugar, destruído ou algo assim”, disse o deputado estadual democrata Charles Barron em depoimento à comissão.

A estátua de Jefferson, que está na prefeitura de Nova York desde 1834, é o modelo de gesso original usado para a escultura de bronze de Thomas Jefferson na Rotunda do Capitólio, em Washington DC, criada pelo escultor francês de renome mundial David D’Angers (1788-1856). Ambas as estátuas foram doadas ao povo americano por Uriah Phillips Levy (1792-1862), o primeiro oficial naval judeu do país. Com seus dons, Levy desejava reconhecer Jefferson, que morrera sete anos antes, por seu papel na prevenção do estabelecimento de uma religião oficial na jovem república.

AUTOR DA DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Um site do governo descreve a escultura, que resume em forma artística a maior conquista de Jefferson:

Thomas Jefferson é retratado em seu papel mais conhecido, como autor da Declaração da Independência. Ele fica em uma pose de contraposto dinâmico com a mão direita segurando uma caneta de pena. A ponta da caneta aponta para a mão esquerda de Jefferson, que segura a Declaração da Independência. As palavras famosas de Jefferson, que são legíveis, foram criadas pressionando o tipo no mode-

lo de argila da estátua. Dois livros encadernados – talvez representando a coleção que ele doou à Biblioteca do Congresso – e uma coroa, símbolo de vitória, estão a seus pés. O pedestal da estátua é composto por mármore e granito, em cores contrastantes. A inscrição frontal diz “JEFFERSON”.

O Partido Democrata de Nova York está se movendo contra a estátua de Jefferson há algum tempo. Barron levantou a proposta pela primeira vez como membro do conselho municipal em 2001. Em 2019, a Bancada Negra, Latina e Asiática, que compreende cerca de metade do conselho da cidade, apresentou a afirmação reacionária de que o autor da Declaração de Independência “simboliza a nojenta e racista base sobre a qual a América foi fundada”.

Então, em junho de 2020, De Blasio lançou uma Comissão de Justiça e Reconciliação Racial encarregada de considerar a remoção de monumentos “ofensivos”, incluindo aqueles a Jefferson e George Washington.

FAKE NEWS 1619

Mas os democratas de Nova York estão apenas seguindo a deixa da liderança nacional do partido e de seu principal órgão de notícias, o New York Times. Em 2019, o Times lançou seu Projeto 1619, que promove a mentira de que a Revolução Americana foi um complô contrarrevolucionário para defender a escravidão contra o Império Britânico. O Partido Democrata, junto com as principais corporações, intensificou o ataque à Revolução Americana em resposta às manifestações nacionais contra a violência do Estado que eclodiram após o assassinato de George Floyd pela polícia em Minneapolis em 25 de maio de 2020, principalmente equiparando Jefferson e Washington aos rebeldes do sul que iniciaram a Guerra Civil em 1861.

Não é acidental que o ataque a Jefferson, a figura mais intimamente associada à igualdade na história americana, ocorra em meio a uma pandemia que matou 750.000 americanos e a uma onda crescente de greves emergindo da classe trabalhadora. O objetivo dos democratas é desviar a indignação social para uma “avaliação racial” que deixe o capitalismo intocado e a impressionante desigualdade social que ele defende.

ATAQUE AOS PRINCÍPIOS QUE JEFFERSON REPRESENTOU

É preciso ressaltar que não se trata de um ataque ao indivíduo Jefferson, morto há 195 anos e que não será perturbado pela maquinação de De Blasio e dos democratas de Nova York. É um ataque aos princípios que Jefferson representou, acima



de tudo a proclamação da igualdade humana universal da Declaração da Independência. Nesse sentido, o ataque a Jefferson apenas mina os alicerces sobre os quais depende a defesa da democracia diante da crescente ameaça do fascismo, ao mesmo tempo em que dá cobertura política a Trump e ao Partido Republicano, que se colocam como defensores do legado de 1776, mesmo enquanto planejam a derrubada da democracia.

Como o historiador Sean Wilentz colocou em um comentário submetido à audiência de segunda-feira, “Repudiar Jefferson agora, com o despotismo em ascensão em nosso país como nunca antes em nossas vidas, seria um golpe simbólico, especialmente para os mais vulneráveis entre nós, para quem o grito de igualdade de Jefferson continua sendo a última melhor esperança.”

A “interpretação” racista não encontra nada particularmente edificante no estudo da história. Reduz a história a uma peça de moralidade em que *dramatis personae* são colocados em papéis bons e ruins com base nos padrões do presente. Um evento tão importante quanto a Revolução Americana teve causas enormes e efeitos ainda maiores. Mas nas mãos dos racistas, todas as facetas do amplo alcance da história – intelectual, política, cultural, social e econômica – são eliminadas e substituídas por uma avaliação das deficiências pessoais do indivíduo. Se o ator histórico em questão não cumprir seus critérios subjetivos seletivos, ele ou ela deve ser denunciado.

“Jefferson representa algumas das partes mais vergonhosas da história de nosso país”, disse Adrienne Adams, vereadora do Queens na audiência de segunda-feira. De sua parte, Barron repetidamente chamou Jefferson de “pedófilo proprietário de escravos”, porque ele teve um relacionamento vitalício com uma de suas escravas, Sally Hemings. Outros membros do conselho disseram que a estátua de Jefferson os fez sentir “desconfortáveis”. De Blasio, lutando para encontrar as palavras certas, disse que Jefferson “incomoda

profundamente as pessoas”.

IDENTITARISMO DESVAIRADO

O New York Times, previsivelmente, aderiu. Em um editorial disfarçado de artigo de notícias, escreveu aprovando a remoção, retratando-a como “parte de um amplo reconhecimento nacional sobre a desigualdade racial” conectado ao “debate sobre se monumentos confederados devem ser derrubados e descartados”.

Depois de sugerir grotescamente uma identidade entre a Revolução de 1776 e a contrarrevolução confederada de 1861, o Times deu crédito ao retrato de Jefferson como um mero hipócrita, afirmando que enquanto ele “*escreveu sobre igualdade* na Declaração de Independência, ele escravizou mais de 600 pessoas e teve seis filhos com uma delas, Sally Hemings” [ênfase adicionada].

Jefferson fez mais do que “escrever sobre igualdade”. A última frase da Declaração, “Juramos mutuamente Nossas Vidas, Nossa Fortuna e Nossa Sagrada Honra”, não foi um mero floreio retórico. Jefferson e os outros signatários sabiam que estavam assinando suas próprias sentenças de morte caso a revolução falhasse. Benjamin Franklin quis dizer isso quando disse: “Devemos todos ficar juntos, ou, com certeza, todos seremos enforcados separadamente.” Os editores abastados e os redatores do Times nunca arriscaram nada.

“TODAS AS PESSOAS SÃO CRIADAS IGUAIS”

Em qualquer caso, se Jefferson não tivesse feito nada em sua vida a não ser “escrever sobre igualdade” na Declaração da Independência – na idade avançada de 33 anos – isso por si só o estabeleceria como uma figura de estatura histórica mundial. É um dos manifestos revolucionários mais poderosos já escritos.

A afirmação simples mas audaciosa de igualdade do preâmbulo deve certamente ser considerada a frase mais famosa da história das letras americanas. Isso é verdade não apenas por causa de seu estilo, mas porque revelou a um “mundo cândido” algo que estava escondido à vista de todos: a “verdade evidente de que todos os homens são criados iguais”.

O conteúdo revolucionário desta declaração repousa, então como agora, em sua verdade objetiva. Todas as pessoas são realmente criadas iguais. A proclamação da igualdade humana na Declaração, que emergiu do Iluminismo e foi afirmada no contexto de uma guerra insurrecional contra a coroa britânica, dilacerou a história americana e mundial subsequente com uma força terrível.

A “igualdade” foi inscrita na bandeira de todas as causas progressistas subsequentes, incluindo as revoluções francesa e haitiana de 1789 e 1791, o movimento socialista e todas as lutas anticolônias em todo o mundo. Na América, a Declaração foi invocada pelos abolicionistas e por Frederick Douglass; pelo movimento dos direitos civis e por Martin Luther King, Jr.; pelo movimento sufragista feminino; pelo movimento operário; e hoje pela luta de vida ou morte da classe trabalhadora por sua própria independência política. Nenhum passo à frente pode ser dado sem partir da premissa de que os seres humanos são iguais.

Jefferson incorporou as contradições de seu tempo. A igualdade humana universal era desconhecida quando ele nasceu na Virgínia colonial em 1743, filho de uma família escravista. Era um mundo que, como afirmou o historiador Peter Kolchin, “considerava natural a desigualdade entre seres humanos e o uso rotineiro da força necessária para mantê-la”.

A antiga instituição da escravidão não suscitou oposição considerável antes da Revolução. Como Gordon Wood explicou, era visto como uma forma particularmente degradada de exploração em uma época que ainda dependia de vários tipos de “trabalho não-livre”, incluindo escravidão em todo o mundo atlântico, servidão contratada nas colônias do norte e servidão na Rússia.

A REVOLUÇÃO AMERICANA E A ESCRAVIDÃO

A Revolução Americana levantou o problema da escravidão pela primeira vez como um problema político fundamental. Os pais fundadores reconheceram que a escravidão contradiz sua afirmação de igualdade. Eles até tomaram algumas medidas contra isso, incluindo a exclusão da escravidão dos territórios do noroeste adquiridos na vitória



Estátua de Thomas Jefferson em Nova Iorque (Richard Drew/AP)

sobre a Grã-Bretanha e a proibição do comércio transatlântico de escravos – medidas ambas associadas a Jefferson.

A alegria da revolução fez muitos acreditarem que a escravidão acabaria. Jefferson poderia dizer em 1781 que esperava “uma emancipação total, e que esta está disposta, na ordem dos eventos, a ser com o consentimento dos senhores, e não por sua extirpação”. Mas nem ele nem os fazendeiros do sul, como classe, conseguiram livrar-se da dependência da escravidão. Isso está de acordo com a lei histórica. As classes sociais não abrem mão das bases de sua riqueza, nem saem voluntariamente do palco da história.

Alimentados pela mina de ouro da produção escravista de algodão, os proprietários de escravos deixaram de condenar a escravidão como um “mal necessário” que esperavam que acabasse, nos dias de Washington e Jefferson, para abraçá-la como um “bem positivo” nos dias de John C. Calhoun, meio século depois. Jefferson não viveu para ver seus medos realizados. Os senhores de escravos, como classe, foram finalmente “extirpados” na Guerra Civil.

Mas enquanto Jefferson, como um proprietário de escravos, foi um precursor dos senhores vencidos na Segunda Revolução Americana da década de 1860, sua maior, até mesmo predominante, contribuição foi para a causa da liberdade, como reconheceram Calhoun e outros defensores da escravidão. Eles condenaram Jefferson como um hipócrita e a Declaração da Independência como uma mentira, assim como os democratas de hoje fazem.

LINCOLN, SOBRE O LEGADO DE JEFFERSON

Lincoln também sabia que o legado de Jefferson estava do lado da liberdade, como ele disse tão bem na dedicação do cemitério nacional aos mortos da União, em Gettysburg, em 1863:

Há quatro vintenas e sete anos, nossos pais criaram neste continente uma nova nação, concebida na Liberdade e dedicada à proposição de que todos os homens são criados iguais. Agora estamos envolvidos em uma grande guerra civil, testando se essa nação, ou qualquer nação assim concebida e tão dedicada, pode durar muito...

Em qualquer caso, Jefferson não é notável porque era um proprietário de escravos – houve muitos milhares de senhores na história americana -, mas apesar disso. Ele pode muito bem ter sido a figura mais notável em uma geração que também produziu Washington, Franklin, Adams, Madison, Paine, Rush e Hamilton, para citar alguns.

Junto com Tom Paine, ele representou a extrema esquerda da Revolução Americana. Jefferson foi o primeiro embaixador na França e lá contribuiu para a redação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Continua no site

* Reproduzido do World Socialist Web Site. Tradução e subtítulos Hora do Povo.